CONJUNTURA ECONÔMICA

FGV
Uma publicação da Fundação Getulio Vargas editada desde 1947
JANEIRO 2013 • vol. 67 • nº 01 • R$ 13,00 • www.conjunturaeconomica.com.br
ISSN 0010-5945

Carta do IBRE
O setor elétrico e a concorrência pelo mercado

Entrevista
Eduardo Paes:
"Estamos no caminho certo"

Ponto de Vista
Duas leituras da parada da economia em 2013

RIO EM CONSTRUÇÃO



As potencialidades do Rio de Janeiro para seguir seu curso rumo ao desenvolvimento



APRENDA NUM DIA E COLOQUE EM PRÁTICA NO OUTRO.

Para quem se atualiza no CADEMP – Cursos de Curta Duração da FGV –, o resultado é imediato. As aulas são voltadas para a prática e, em pouco tempo, transformam você em um profissional mais completo e preparado. Em 40 anos, mais de 170 mil alunos estudaram aqui. Afinal, o mercado exige respostas rápidas.

CADEMP FGV

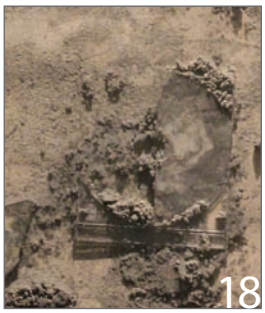
fgv.br/cademp-rio

Cursos de Curta Duração da FGV Contabilidade e Finanças · Logística · Marketing e Vendas · Operações · Recursos Humanos

CONJUNTURA ECONÔMICA

Foto: Tânia Rêgo/ABr









Carta do IBRE

6 O setor elétrico e a concorrência pelo mercado

O pacote de renovação antecipada das concessões do setor elétrico se revelou uma das medidas mais polêmicas da administração da presidente Dilma Rousseff. Apesar do consenso em torno dos méritos de se baixar os altos custos da energia no Brasil, a forma escolhida pelo governo para fazê-lo provocou abalos no mercado acionário e uma tempestade de críticas. Mas a redução do preço da energia será sem dúvida um importante fator de contenção do custo Brasil. A eletricidade cara, num país com uma matriz energética baseada em recursos hídricos, é um contrassenso e sempre é elencada como um dos principais gargalos que prejudicam a competitividade das empresas brasileiras.

Ponto de Vista

10 Duas leituras da parada da economia em 2013

O biênio final do governo Dilma provavelmente esclarecerá as verdadeiras razões da desaceleração nos dois primeiros anos do mandato da presidente.

Entrevista

12 Eduardo Paes

O prefeito do Rio responde às perguntas dos economistas da FGV e fala das perspectivas de crescimento econômico da cidade

Especial/Rio

18 Corrida de obstáculos

Desde 2000, a renda *per capita* do carioca mais do que duplicou. O estigma da violência foi reduzido com a ação das Unidades de Polícia Pacificadora, atualmente instaladas em 28 favelas da cidade, e a educação pública ganhou um novo modelo de gestão. As administrações municipal e estadual arrumaram a casa, saneando suas contas, e os investimentos anunciados para a região cresceram a cada triênio, contabilizando R$ 211,5 bilhões entre 2012-14. O Rio de Janeiro supera obstáculos e se transforma. Texto de Solange Monteiro.

30 O negócio da segurança

As UPPs reduziram a criminalidade, aumentaram a sensação de segurança e valorizaram regiões da cidade antes consideradas de risco. E mais: permitiram o surgimento de empreendedores em diversas comunidades. Reportagem de Kalinka Iaquinto.

34 Janelas de oportunidades

O Rio de Janeiro está investindo em educação para qualificar mão de obra capaz de atender à demanda crescente do mercado de trabalho, em razão das perspectivas de crescimento econômico. Reportagem de Thais Thimoteo.

Macroeconomia

40 Dessa vez é diferente?

Para Fernando de Holanda Barbosa, o governo deve levar em conta o fraco desempenho da economia no penúltimo trimestre de 2012 para corrigir seu plano de voo para 2013.

Comércio Exterior

42 Os serviços brasileiros no comércio mundial

É preeminente identificar os gargalos para a maior participação do Brasil nas exportações mundiais de serviços, afirma Lia Valls Pereira.

Justiça

44 Acordos com o Estado em vez de sanção

Não há um roteiro nem prestações predeterminadas acerca do que fazer em substituição às sanções. Esses acordos podem ser firmados por provocação do agente privado interessado ou, até mesmo, pela própria administração pública afirma Sérgio Guerra.

46 Índice Remissivo

I Conjuntura Estatística

XX Índices Econômicos

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Praia de Botafogo, 190 – CEP 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ
Caixa Postal 62.591 – CEP 22257-970 – Tel.: (21) 2559-6000

Primeiro Presidente e Fundador
Luiz Simões Lopes

Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella.

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade.

Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto.

Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Rodrigo Valnísio Pires de Azevedo (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang.

Suplentes: Aldo Floris, Brookfield Brasil Ltda., José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victório Carlos De Marchi.

Instituto Brasileiro de Economia
Diretoria: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Vice-Diretoria: Vagner Laerte Ardeo

Superintendência de Clientes Institucionais: Rodrigo de Moura Teixeira

Superintendência de Produção de Bens Públicos: Vagner Laerte Ardeo

Superintendência de Estudos Econômicos: Marcio Lago Couto

Superintendência de Planejamento e Organização: Vasco Medina Coeli

Controladoria: Regina Célia Reis de Oliveira

CONJUNTURA ECONÔMICA 65 anos

Fundador
Richard Lewinsohn

Editor-Chefe
Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Editor-Executivo
Claudio Roberto Gomes Conceição

Editores
Bertholdo de Castro, Cláudio Accioli e Solange Monteiro

Repórteres
Kalinka Iaquinto e Thais Thimoteo

Editoria de arte
Ana Elisa Galvão e Marcelo Nascimento Utrine
Capa: Marcelo Nascimento Utrine
Imagem da capa: "O Fundo... No Fundo Foco o Fundo... Perceptivelmente", de Artur Barrio. Fotografia de David Venturini (2012).
Projeto gráfico: Cintia de Sá
Revisão: Mariflor Rocha
Produção gráfica: Alexandre de Castro
Impressão: Edigráfica

Colaboram nesta edição
Fernando de Holanda Barbosa
Lia Valls Pereira
Maristella Santos do Nascimento (estatísticas)
Sérgio Guerra

Secretaria e apoio administrativo
Priscila Gomes de Souza
Rua Barão de Itambi, 60 – 2º andar
Botafogo – CEP 22231-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3799-6840 – Fax: (21) 3799-6855
conjunturaredacao@fgv.br

Conjuntura Econômica é uma revista mensal editada pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas, desde novembro de 1947. As opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não exprimem, necessariamente, as da Fundação Getulio Vargas. A reprodução total ou parcial do conteúdo da revista somente será permitida com autorização expressa dos editores.

Assinaturas e renovações
conjunturaeconomica@fgv.br

Rio de Janeiro:
(21) 3799-6844

Outros estados:
08000-25-7788 ligação gratuita

Circulação
Bernardo Nunes Chefer
Tel.: (21) 3799-6848
Fax: (21) 3799-6855

Distribuição
FC Comercial e Distribuidora S.A.
Rua Teodoro da Silva, 907
Tel.: (21) 3879-7766
Rio de Janeiro – RJ

Publicidade
Central de Negócios
(11) 3554-7399

Diretor Comercial: Fernando Monteiro
(11) 9153-7331
fernando@conjunturainstitucional.com.br

Gerente de Negócios: Eleonora Oliveira
(11) 8881-3990
eleonora@conjunturainstitucional.com.br

ANER
www.aner.org.br

IVC
INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO

ISSN 0010-5945Conjuntura Econômica. – Vol. 1, n. 1 (nov. 1947) -.- Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1947-v. il.; 28cm. Mensal.
Órgão oficial de: Instituto Brasileiro de Economia. Diretores: Nov. 1947-mar. 1952, Richard Lewinsohn; Maio 1952-dez. 1968, José Garrido Torres; Jan. 1969-mar. 1974, Sebastião Marcos Vital; Abr. 1974-mar. 1979, Antonio Carlos Lemgruber; Abr. 1979-abr. 1994, Paulo Rabello de Castro; Maio 1994-set 1999, Lauro Vieira de Faria; Out. 1999-nov. 2003, Roberto Fendt; Dez. 2003-jun. 2004, Antonio Carlos Pôrto Gonçalves; Jul. 2004, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira.
ISSN 0010-5945
1. Economia — Periódicos. 2. Brasil — Condições Econômicas — Periódicos. I. Fundação Getulio Vargas. II. Instituto Brasileiro de Economia.
CDD 330.5



Claudio Conceição

Editor-Executivo
claudioconceicao@fgv.br

O livro *Rio de Janeiro — um estado em transição* que o IBRE lançou no final do ano passado, serviu como fio condutor da matéria de capa desta edição. Mergulhado em problemas que pareciam insolúveis alguns anos atrás — escalada da violência urbana pelo tráfico de drogas, esvaziamento econômico e político, perda de investimentos, entre outros —, o Rio parece ter ressurgido.

Quem há alguns anos tentasse prever dias melhores para o estado não encontraria sustentação em seu discurso, dado o enorme leque de problemas acumulados. Mas desde 2000 que as coisas começaram a mudar. De lá para cá a renda *per capita* do carioca mais que dobrou. A implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), hoje em 28 favelas da cidade, reduziu drasticamente a violência urbana, levando melhorias a essas comunidades. Tanto o governo estadual como o municipal sanearam suas contas. A parceria com o governo federal ajudou a carrear investimentos para o estado que vai sediar a próxima Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

A descoberta da camada de pré-sal em 2007 é outro elemento importante na recuperação do Rio de Janeiro. Concentrando cerca de 80% da produção de petróleo do país e metade dos investimentos previstos para o estado no período 2012-14, é impossível dissociar a economia fluminense do setor de óleo e gás, bem como das contradições implícitas nessa relação, que são detalhadas no livro do IBRE.

O livro, coletânea de 17 artigos de pesquisadores e economistas do Instituto e convidados, traça a trajetória do estado nas esferas econômica, política e social. Também mostra alguns pontos que serão fundamentais para manter o crescimento. Entre eles, como administrar a riqueza do petróleo — valores ameaçados pela disputa dos estados não produtores por uma parcela dos *royalties* —, as mudanças necessárias para tirar grande parte da população da informalidade, melhorar o nível educacional e estabelecer critérios para o reordenamento urbano, especialmente na capital.

E não deixem de ler a entrevista com o prefeito Eduardo Paes.

O setor elétrico e a concorrência pelo mercado

O pacote de renovação antecipada das concessões do setor elétrico se revelou uma das medidas mais polêmicas da administração da presidente Dilma Rousseff. Apesar do consenso em torno dos méritos de se baixar os altos custos da energia no Brasil, a forma escolhida pelo governo para fazê-lo provocou abalos no mercado acionário e uma tempestade de críticas.

Chegou-se a acusar o governo de romper contratos, o que não corresponde à verdade, já que a adesão à renovação antecipada foi oferecida em bases voluntárias — e, de fato, algumas empresas, como a Cemig e a Cesp, não aceitaram as bases da oferta do governo, optando assim por continuar exatamente na mesma situação, estabelecida em contrato, até a expiração das concessões em jogo.

A queda do preço das ações das empresas elétricas, portanto, não se deveu a qualquer ruptura contratual, mas possivelmente à expectativa — que não se confirmou — de que a renovação se daria em bases mais vantajosas para as atuais concessionárias do que as que foram oferecidas. O governo, porém, tem a obrigação de respeitar contratos, e não de se amarrar às expectativas do mercado.

A redução do preço da energia será sem dúvida um importante fator de contenção do custo Brasil. A eletricidade cara, num país com uma matriz energética baseada em recursos hídricos, é um contrassenso e sempre é elencada como um dos principais gargalos que prejudicam a competitividade das empresas brasileiras.

O pacote elétrico, portanto, pode ser visto como parte de um esforço mais amplo do governo de reduzir o custo de se fazer negócios no Brasil. Outras iniciativas que caminham na mesma direção são a forte queda da taxa real de juros, combinada com a pressão oficial sobre os bancos privados para que estes baixem os *spreads*, e a tentativa do governo de obter taxas de retorno relativamente baixas nas suas concessões na área de transporte e logística.

Flexibilidade

Em todos esses casos, os objetivos do governo são meritórios. Já quanto aos meios escolhidos para chegar àqueles objetivos, é da natureza da democracia que eles sejam objeto de intenso debate, e suscitem muitas discordâncias. Umas das qualidades já apresentadas pela presidente Dilma Rousseff, aliás, é a flexibilidade pragmática: os objetivos não mudam, mas as formas de atingi-los podem ser revistas quando a realidade mostra que não são as mais convenientes.

Assim, no caso das mudanças no setor elétrico, uma questão relevante é a de saber se os mesmos objetivos de redução do custo de energia poderiam ser atingidos por outros caminhos. Na verdade, a alternativa escolhida pelo governo foi a de arbitrar a "gordura" que poderia ser retirada dos preços da eletricidade — no caso, quedas que variam de 16% a 28% para residências, comércio e indústria.

Uma das vantagens dessa opção é que a queda nos preços para as empresas se realiza a curtíssimo prazo, já estando prevista para entrar em vigor no início de 2013. Além, naturalmente, de se reduzir o preço da energia pago pela população de imediato. É compreensível o sentimento de urgência do governo, quando se considera o péssimo desempenho do investimento e os fracos resultados do PIB nos últimos trimestres. A preocupação em baixar o custo de se investir no Brasil é, aliás, um bom sinal de que a equipe econômica constatou os limites de um modelo de crescimento excessivamente baseado no consumo.

Uma estratégia de desenvolvimento, porém, sempre envolve múltiplas dimensões e *trade-offs* complicados entre presente e futuro. No caso do setor elétrico, a pressa em obter a queda de preços pode estar sacrificando uma construção institucional mais voltada à competição como fundamento de um capitalismo sadio. Com efeito, o governo teria a opção, caso assim o desejasse, de deixar as concessões expirarem e de as relicitar, deixando o mercado definir a queda dos preços.

Numa análise superficial, pode se dizer que os dois caminhos levam ao mesmo lugar, e que, portanto, não há nada assim tão importante em jogo. O problema, porém, é que a competição é uma mentalidade, uma forma de abordar os problemas econômicos. Sempre que o governo passa por cima do mecanismo da concorrência para arbitrar preços, ele enfraquece esses princípios.

Chegou-se a acusar o governo de romper contratos, o que não corresponde à verdade, já que a adesão à renovação antecipada foi oferecida em bases voluntárias

Uma das grandes vantagens da concorrência é revelar quanta gordura existe de fato nos atuais preços. É possível, inclusive, que novas licitações das concessões do setor elétrico levassem a quedas do custo de energia ainda maiores, embora não fossem ocorrer de forma imediata.

O caminho da competição em um setor complexo como o da infraestrutura exige todo um processo de evolução das instituições. Um exemplo de suma importância é o formato dos leilões, que hoje é objeto de um dos ramos mais sofisticados da pesquisa microeconômica.

Cada modelagem de licitação de serviços públicos é uma oportunidade de se evoluir e de se testar as melhores formas de obter vantagens para o governo e para a sociedade. É pena, portanto, que uma oportunidade significativa como a da expiração das concessões do setor elétrico seja desperdiçada, com o governo optando por colher de forma rápida e não competitiva a almejada redução de custo.

Essa opção, por outro lado, provavelmente induz os participantes de todos os demais setores de infraestrutura a imaginar que, também em seus respectivos casos, o instituto da competição será ignorado, com o governo preferindo arbitrar preços. A sinalização, portanto, não contribui para criar um ambiente de negócios fundamentado nos princípios concorrenciais.

Em setores de infraestrutura em que há monopólios naturais, nos quais é um contrassenso estabelecer uma competição no mercado, é importante que se crie a chamada "competição pelo mercado"

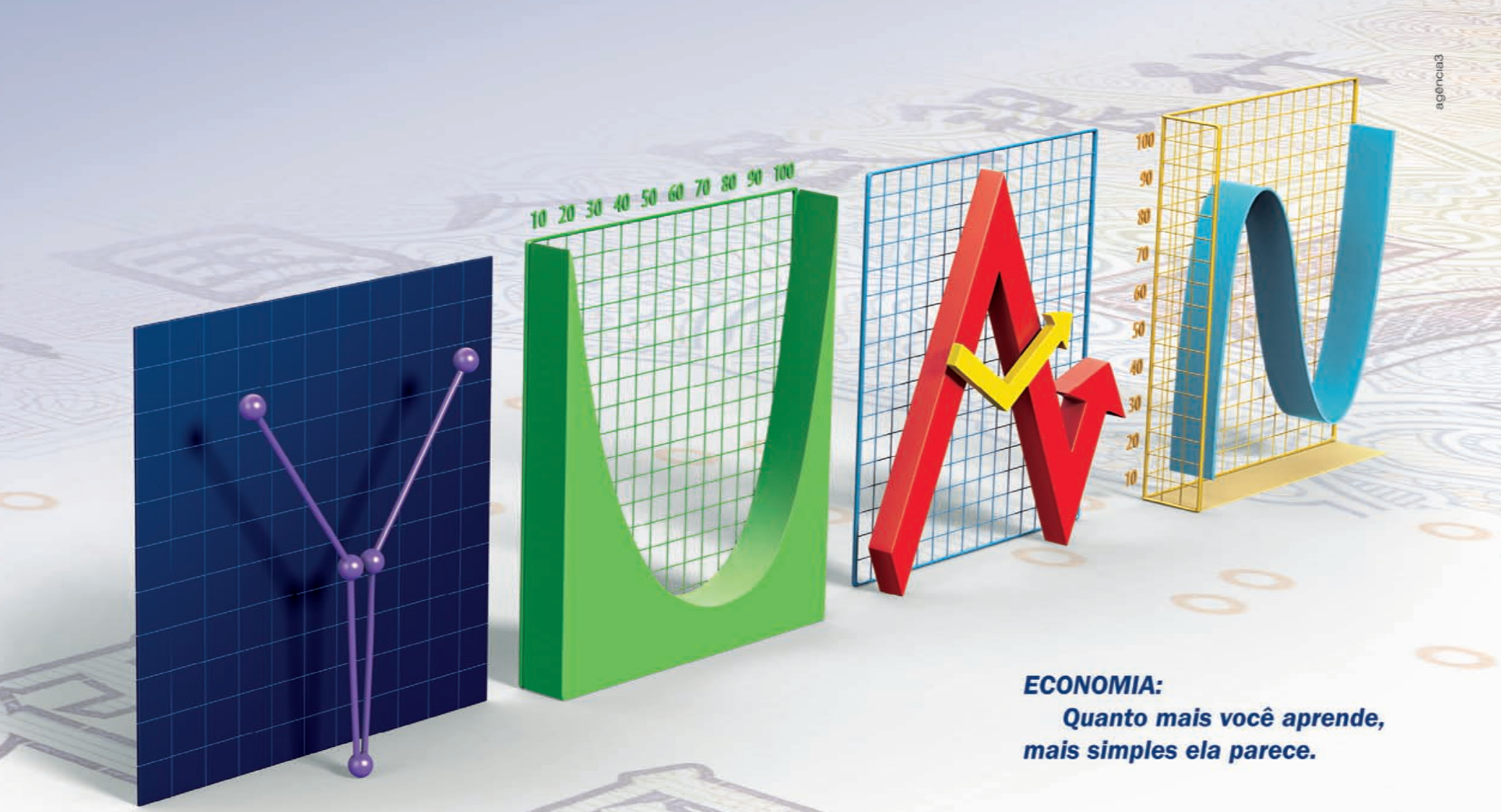
O princípio da competição na concessão dos serviços públicos, aliás, está muito bem estipulado no texto constitucional, traduzido nas exigências de impessoalidade e eficiência da administração pública, e de licitação. Como consta do artigo 37, "a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)". Já o artigo 175 estabelece que "incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos".

A impessoalidade parece melhor preservada por novas licitações das concessões elétricas do que pela renovação dos contratos dos incumbentes por deliberação do Poder Executivo. Já o artigo 175 deixa claro que a licitação deveria ser o princípio norteador das concessões de serviço público.

A alternativa escolhida pelo governo no pacote elétrico talvez não chegue a ser inconstitucional, pois há margem de manobra interpretativa nos artigos mencionados acima (e nas leis a eles referidas) para esse caminho. Fica claro, por outro lado, que o espírito do texto constitucional coaduna-se muito melhor com o princípio da competição e com a licitação das concessões de serviços públicos.

Em setores de infraestrutura em que há monopólios naturais, nos quais é um contrassenso estabelecer uma competição no mercado, como no caso de estradas, da transmissão e da distribuição de energia elétrica, é importante que se crie a chamada "competição pelo mercado". Isso significa fazer leilões que tenderão a estabelecer preços e condições de exploração competitivos do serviço de infraestrutura.

No caso das concessões elétricas, esse seria um caminho perfeitamente viável e que sinalizaria, por parte do governo, a disposição de apoiar um regime concorrencial de capitalismo. A opção do pacote elétrico, por outro lado, foi a de colher imediatamente a queda do preço da energia, mas sacrificando uma construção institucional de grande importância para o país.



agência3

ECONOMIA:
Quanto mais você aprende, mais simples ela parece.

MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA

Áreas:
- Macroeconomia Financeira - Finanças Quantitativas - Políticas Sociais

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
EESP
Escola de Economia de São Paulo

Inscrições a partir de 28 de janeiro de 2013 | www.fgv.br/eesp

Duas leituras da parada da economia em 2013

O crescimento em torno de 1% em 2012 cristalizou a percepção de que alguma coisa aconteceu com o ritmo do PIB brasileiro a partir do início do governo de Dilma Rousseff. A alta média provavelmente inferior a 2% neste primeiro biênio da presidente contrasta fortemente com o crescimento médio de 4% durante o governo Lula.

A forte freada no crescimento foi em boa medida consequência da queda brusca do investimento, um processo que já acumula — incluindo o quarto trimestre de 2012 — seis trimestres consecutivos. Por outro lado, a desaceleração entre os governos de Lula e de Dilma parece ter dois degraus. A redução de 4% para 3% provavelmente deve-se ao enfraquecimento da oferta agregada e à perda de eficiência; e a queda adicional de 3% para 2% está ligada ao encolhimento da demanda.

Seja como for, a perda de dinamismo da economia nos dois primeiros anos do mandato da presidente Dilma é marcante, e vem suscitando diferentes interpretações por parte do governo e dos analistas. Nesse debate, duas hipóteses básicas se destacam.

A primeira delas é de que a parada da economia, fortemente ligada à queda do investimento, constitui um quadro de "dores de parto" do processo de ajustamento das empresas do setor privado e das estatais ao novo regime de política econômica, com câmbio mais desvalorizado e juros mais baixos.

Defendida principalmente pela equipe econômica do governo, essa interpretação alega que, apesar da alteração daqueles preços básicos da economia ter impacto positivo sobre o valor das empresas, há efeitos de curto prazo que são negativos.

Assim, várias empresas estão endividadas em moeda estrangeira, e a desvalorização do câmbio eleva essas dívidas. Já o efeito positivo do câmbio sobre suas vendas externas, ou sobre a competitividade das vendas domésticas, é um processo que



ocorreria de forma mais gradativa do que o efeito sobre o endividamento.

De maneira similar, a redução dos juros diminui a renda obtida com a gestão da tesouraria das empresas, um impacto que precede as vantagens com a possibilidade de captar recursos de forma mais barata.

Nos dois casos, de acordo com os defensores dessa visão, inicialmente há apenas o efeito negativo sobre o balanço das empresas. Com o passar do tempo, porém, irão acontecer os ajustes necessários por parte dos gestores de companhias privadas e estatais. Dessa forma, o impacto positivo da alteração do regime de política econômica vai finalmente aparecer, e a economia retomará um ritmo de crescimento de 4% ao ano.

Há uma derivação dessa primeira hipótese, ligada a problemas de comunicação do governo. A ideia é que a direção geral das medidas de redução do custo dos negócios no país está correta, mas a forma atabalhoada com a qual algumas delas foram tomadas e comunicadas confundiu um pouco os gestores das empresas, que se retraíram na hora de investir. O que faltaria, portanto, é uma estratégia correta de comunicação por parte da equipe econômica, para relançar a confiança dos empresários.

A segunda hipótese considera que a alteração da política econômica a partir da saída do ex-ministro da Fazenda, Antônio Palocci, em 2006, e mais fortemente com o início do governo de Dilma Rousseff, reduziu a eficiência da economia.

Assim, a forte presença estatal em diversos setores e o microgerenciamento da política econômica prejudicam a eficiência e a produtividade, provocando a queda do crescimento potencial de 4% para 3%, pelo lado da oferta.

Os exemplos mais evidentes seriam a alteração do marco regulatório do petróleo para a área do pré-sal; os elevadíssimos aportes de recursos ao BNDES; a política um pouco precipitada de desoneração de alguns setores, produzindo ciclos artificiais de consumo de bens duráveis; o controle do preço da gasolina, com seus impactos ruins sobre o setor de etanol; política de desoneração muito tópica e setorial, sem impactos sistêmicos etc.

A lista é longa. Segundo essa interpretação, o país caminha para um modelo de desenvolvimento em que ter boas conexões em Brasília é mais importante, por exemplo, do que ter um bom laboratório de P&D. Evidentemente, todas essas políticas contribuem para reduzir a eficiência e, portanto, o crescimento potencial da oferta.

Adicionalmente, aquelas mesmas características da atual política econômica tornam quase impossível, para os gestores de empresa, calcular uma taxa interna de retorno ou determinar um *project finance*, o que reduz muito o investimento. A queda do investimento, além de derrubar o crescimento potencial no futuro, diminui imediatamente a demanda, desacelerando ainda mais o PIB — em vez de se expandir no ritmo potencial de 3%, a economia cresce às taxas inferiores de 2011 e 2012.

Para os defensores dessa visão, a queda da taxa de juros foi consequência da diminuição do investimento e da produtividade. Em outras palavras, com a perda do apetite por investir, a demanda total acomodou-se a níveis mais baixos, permitindo um equilíbrio entre a oferta e a procura em patamar mais reduzido de juros reais. Ainda assim, é importante lembrar que talvez o governo tenha forçado o processo de queda dos juros um pouco além da medida ótima, já que a inflação tem ficado sistematicamente acima da meta.

Existem perdas tanto pelo lado da oferta quanto da demanda causadas pelo hiperativismo da política econômica e pelo aumento da interferência estatal

Esta coluna alinha-se com a segunda interpretação da queda de crescimento no governo Dilma, que vê perdas tanto pelo lado da oferta quanto da demanda causadas pelo hiperativismo da política econômica e pelo aumento da interferência estatal.

É importante, porém, dar o benefício da dúvida ao governo e à sua hipótese das "dores de parto". Afinal, a equipe econômica já se provou correta, e o mercado equivocado, em momentos como o início da queda da Selic em agosto de 2011. De qualquer forma, o biênio final do governo de Dilma Rousseff provavelmente esclarecerá as verdadeiras razões da desaceleração nos dois primeiros anos do mandato da presidente.

Coordenação editorial de Samuel Pessôa, pesquisador associado do IBRE/FGV.

Rio amplia as suas margens

Foto: Tânia Rêgo/ABr



Eduardo Paes,

Prefeito do Rio de Janeiro

O prefeito Eduardo Paes, em resposta às perguntas de economistas da FGV, fala das iniciativas administrativas que vem adotando para promover o crescimento econômico e aumentar em qualidade e quantidade os benefícios sociais à população da cidade onde nasceu há 43 anos. O ex-deputado federal em duas legislaturas defende a manutenção da transferência dos *royalties* do petróleo para os municípios e o estado do Rio; explica a reurbanização e, consequentemente, revitalização da zona portuária com o projeto Porto Maravilha, para abrigar grandes empresas nacionais e internacionais, transformando-se em novo e moderno centro comercial e empresarial; informa sobre os investimentos de US$ 2,2 bilhões em educação, US$ 2,8 bilhões em saúde e desenvolvimento social, US$ 7,3 bilhões em habitação e urbanização, US$ 8,5 bilhões em transporte de massa e US$ 1,9 bilhão em meio ambiente; e esclarece o alcance social do Cartão Família Carioca. E garante: "Estamos no caminho certo."

Luiz Guilherme Schymura (Diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas) — O país discute atualmente duas importantes questões que podem redesenhar o pacto federativo brasileiro: a distribuição dos *royalties* do petróleo e a revisão dos critérios de partilha dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios. São temas econômicos, mas também essencialmente políticos. Nesse contexto, existe o risco de que os blocos formados por estados com interesses afins para atuar nessas questões permaneçam cristalizados quando da discussão de outros temas relevantes para o federalismo? De que forma o município do Rio de Janeiro deveria se posicionar diante desse cenário?

Eduardo Paes — O Rio já se posicionou. Somos a favor de cumprimento de contratos, de não se mudar a regra no meio do jogo. O Rio não é uma cidade que fica brigando com o Brasil, apenas quer proteger seus *royalties*, assim como o estado. Essa é uma articulação de nível estadual, da parte do governador Sérgio Cabral, que nós apoiamos. A cidade do Rio não perderá muito caso a lei da distribuição dos *royalties* seja alterada, pois não arrecadamos muitos *royalties* no município. No entanto, sem esse montante a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos ficam ameaçados, o estado não teria condições de pagar seus servidores, por exemplo.

Mauricio Canêdo Pinheiro (Pesquisador da Área de Economia Aplicada do IBRE/FGV em Petróleo, Tecnologia e Indústria) — Para alguns municípios do estado, o petróleo é parte importante da economia. Como o Rio pode se beneficiar do crescimento

dessa indústria? O que tem sido feito para atrair empresas do setor para a cidade?

O Rio possui um diferencial em relação às outras cidades do Brasil na área de óleo e gás (O&G). Ficam no município as sedes do centro decisório — Petrobras, ANP, Onip, IBP e Prominp — e das maiores empresas do setor; 63% das empresas de exploração e produção globais instaladas no Brasil possuem sede no Rio; 75% das empresas globais e nacionais relativas ao setor no Brasil possuem a sua sede na cidade; e a sede do maior centro de pesquisa do setor na América Latina está localizada na cidade, o Cenpes. Além disso, nos últimos dois anos a cidade atraiu 11 centros de pesquisa na área, que farão investimentos de cerca de US$ 1,5 bilhão, como GE/Wellstream, Schlumberger, Halliburton, BG, EMC², Siemens, FMC, Tenaris, Cisco, IBM e Baker Hughes, além de indústria da cadeia como a Rolls Royce e Oil State. O Rio foi convidado a fazer parte da seleta lista de rede de cidades internacionais de energia, WECP; 28% dos estudantes de engenharia das universidades nota quatro e cinco do MEC estudam no Rio de Janeiro, e ficam na cidade 16 cursos de engenharia ranqueados com nota seis e sete da Capes, o maior número do Brasil; temos ainda uma logística privilegiada porque em um raio de 500 quilômetros temos todas as reservas de pré-sal do Brasil; e, por último, lembro que o estado do Rio é responsável por 80% da produção e das reservas de petróleo do país. Por isso, por meio da agência Rio Negócios, a cidade tem feito um trabalho intenso de promoção comercial e atração de empresas líderes do setor. Fizemos um estudo que gerou uma relação de oportunidades para atrair novas empresas nas áreas de logística entre os portos do Rio e Itaguaí, plantas industriais da cidade; centros de P&D; *headquarter* das empresas. Enfim, o Rio é a capital da energia do Brasil. A gente tem o centro decisório, talento, mercado, indústria, logística privilegiada, maior concentração de escritórios do setor, serviços e centros de pesquisa.

Fernando de Holanda Barbosa Filho (Pesquisador da Área de Economia Aplicada do IBRE/FGV em Informalidade e Mercado de Trabalho) — Os recursos de *royalties* têm sido utilizados sistematicamente para o pagamento de despesas correntes. Não seria o caso de a cidade defender que esses recursos fossem destinados a reduzir o déficit habitacional, as favelas e carências de saneamento básico, por exemplo, em vez de direcionados a gastos com retornos duvidosos?

O Projeto de Lei Orçamentária de 2013 estima as receitas de *royalties* em R$ 221,5 milhões, os quais seriam aplicados principalmente em despesas da Comlurb, com manejo e tratamento de resíduos, e da Secretaria de Meio Ambiente, incluindo aí o Fundo de Conservação Ambiental, além de outras ações como gestão e recuperação de áreas verdes e da qualidade de recursos hídricos; prevenção de danos ao meio ambiente; manutenção e recuperação de obras de contenção de encostas; e conservação de parques e áreas ajardinadas, manutenção do sistema de esgoto sanitário e drenagem de rios e canais. Não fizemos como alguns municípios no Norte Fluminense que não se planejaram para as eventuais perdas de arrecadação. Os *royalties* terminam porque a exploração do petróleo não é eterna, e uma cidade não pode abrir mão da receita própria.

Samuel de Abreu Pessôa (Pesquisador Associado do IBRE/FGV) — Se houver a perda, mesmo que parcial, dos recursos do petróleo, quais seriam as ações da prefeitura para fazer frente a essa nova situação?

Como disse antes, o impacto na cidade do repasse dos recursos é muito inferior ao impacto no estado. Vale lembrar que não haverá perda dos contratos existentes e sim o não recebimento de uma parcela dos novos recursos provenientes do pré-sal. O setor de O&G é importante, mas a eco-

Somos a favor de cumprimento de contratos, de não se mudar a regra no meio do jogo. O Rio não é uma cidade que fica brigando com o Brasil, apenas quer proteger seus royalties, *assim como o estado*

nomia da cidade tem grande diversidade para geração de recursos, como tecnologia da informação e comunicação como *call centers*, BPO e Data Center, tecnologia *high-tech* e P&D, *real estate* e infraestrutura, serviços financeiros como seguros e resseguros, *venture capital*, *private equities* e *assets*, economia criativa com mídia, audiovisual, moda, arquitetura, e biofarma, além do turismo. Temos inúmeras saídas.

O Rio é a capital da energia do Brasil. A gente tem o centro decisório, talento, mercado, indústria, logística privilegiada, maior concentração de escritórios do setor, serviços e centros de pesquisa

Regis Bonelli (Pesquisador da Área de Economia Aplicada e Coordenador Geral do Boletim Macro IBRE/FGV) — O capítulo do livro do IBRE dedicado ao crescimento e mudança estrutural mostrou que um conjunto de atividades não industriais — comércio, finanças, informação, pesquisa e desenvolvimento — destacou-se dos demais em termos do desenvolvimento estadual nos últimos anos. No caso específico de Pesquisa e Desenvolvimento, o município do Rio já conta com um conjunto de polos de pesquisa em alta tecnologia, associados ou não a universidades. Mas o estoque de capital humano existente e os recursos das agências de fomento podem justificar/estimular incentivos a novos programas de P&D visando à geração de inovações. Que papel cabe à prefeitura nesse processo?

Estamos atraindo novas universidades internacionais de alto padrão, com a criação de novos cursos para alimentar a base de talentos. IMD e Columbia já abriram escritórios globais na cidade com discussões estratégicas de Inovação Urbana, Economia Criativa e outros serviços. Para incentivar, a prefeitura capitalizou um fundo para investimentos em empresas de novas tecnologias e o governo do estado disponibiliza instrumentos como a Faperj e a AgeRio, que compõem um conjunto potente e abrangente para estimular e fomentar a continuação do maior polo de P&D do país. São previstos investimentos de US$ 1,6 bilhão nos próximos dois anos e criação de centros de P&D em diferentes setores. Temos, ainda, as sedes da Finep e do BNDES que facilitam a integração e acesso a essas fontes. Além disso, a prefeitura, por meio da Rio Negócios, ajuda a desenvolver cursos focados e estratégicos junto com as empresas de P&D e universidades locais.

Fernando Veloso (Pesquisador do Centro de Economia da Educação do IBRE/FGV) — A economia do município é baseada no setor de serviços. Nele, quais são as atividades que possuem maior potencial de crescimento nos próximos anos? De que forma a prefeitura pode contribuir para a expansão dessas atividades?

Com os setores de serviços de O&G com as oportunidades que falamos antes; hotelaria com a geração de 15 mil novos quartos em 84 novos hotéis, investimentos da ordem de R$ 2,8 bilhões e geração de 11 mil empregos diretos e 33 mil indiretos; TI; mídia; audiovisual; construção civil; infraestrutura; serviços financeiros; todos com potencial de muito crescimento nos próximos anos. Na área industrial, temos ainda os setores naval e de siderurgia sendo ampliados por causa do setor de O&G; 12% da indústria farmacêutica brasileira; além das indústrias de esportes, cultura, mídia, turismo e entretenimento em expansão.

Aloisio Campelo Junior (Superintendente Adjunto de Ciclos Econômicos do IBRE/FGV) — Apesar de ser relativamente diversificada, a economia do Rio de Janeiro apresenta vantagens em setores específicos como o turismo e a indústria de entretenimento. O senhor citaria um município ou região (dentro ou fora do país) que possa servir como modelo para o desenvolvimento futuro do município do Rio de Janeiro? Quais as principais lições a tirar desse município (ou região)?

Ao longo dos últimos anos as principais cidades do mundo criaram Agências de Promoção de Investimento, as IPAs, como são classificadas no

Banco Mundial: Londres, Nova Iorque, Hong Kong, Houston, Toronto, Moscou, Paris, Madrid, Melbourne, entre outras. Em 2010, o Rio, seguindo a prática dessas metrópoles, criou a Rio Negócios, que é a agência oficial da cidade do Rio de Janeiro para atração de investimentos e que teve como meta inicial a atração de R$ 600 milhões em dois anos. Até dezembro de 2012, dois anos e meio após a sua criação, a agência atraiu para a cidade 32 empresas de dez países, com investimentos previstos de R$ 3,6 bilhões, em dez diferentes setores, e geração de 10.800 empregos equivalentes. Sucesso total. Então, a Rio Negócios começou a desenvolver também com a prefeitura iniciativas para atração e promoção comercial, por meio de *roadshows* internacionais. Durante as Olimpíadas de Londres, por exemplo, foram realizadas rodadas de negócios com mais de 600 empresas, às quais foram apresentadas oportunidades de investimentos e negócios no Brasil e na cidade. Também estamos focando no desenvolvimento do setor de *high-tech*/digital e na aproximação do Rio com outras cidades com a mesma vocação, como Londres, Nova Iorque e Berlim.

Até dezembro de 2012, a Rio Negócios atraiu para a cidade 32 empresas de dez países, com investimentos previstos de R$ 3,6 bilhões, em dez diferentes setores, e geração de 10.800 empregos

Rodrigo Leandro de Moura (Pesquisador da Área de Economia Aplicada do IBRE/FGV em Educação, Mercado de Trabalho, Política Industrial) — O Ideb da rede municipal do Rio de Janeiro foi um dos que mais cresceram nos últimos anos, superando inclusive as metas de 2011. No entanto, o caminho a percorrer é ainda longo para se alcançar o índice de países desenvolvidos. Que lições podem ser tiradas dessa melhora? E o que se planeja em termos de políticas de educação para que se mantenha esse crescimento da qualidade do ensino municipal?

A lição mais importante a ser tirada dessa melhora é que, em educação, o correto é focar na aprendizagem das crianças e não apenas em eventos ou prédios. De forma consistente, foi criado um currículo municipal, organizado por bimestres, com material apropriado para se trabalhar com os alunos, seja na forma de cadernos pedagógicos ou em aulas digitais projetadas nas salas. Como a Educopédia, que é um premiado portal de aulas digitais desenvolvido pelos professores das escolas da prefeitura do Rio, com avaliações unificadas para saber se as crianças estão avançando e um sólido sistema de reforço escolar para os alunos com mais dificuldades. Também foi correto investir na capacitação do professor, na criação da Escola de Formação de Professores e de vários cursos oferecidos, sempre com base no currículo. A ênfase em alfabetização, com produção, inclusive do nosso próprio livro de alfabetização, envolvendo também os pais no processo, foi o segredo do sucesso da nossa estratégia de alfabetizar a todos no 1º ano e, assim, reduzir o analfabetismo funcional nas séries mais avançadas. É bom lembrar que, quando chegamos aqui, havia 28 mil analfabetos funcionais do 4º ao 6º anos. As Escolas do Amanhã, criadas para garantir que nas áreas conflagradas ou recém-pacificadas a criança pudesse aprender, reduziram a evasão escolar e o déficit de aprendizagem frente às demais escolas da rede. A qualidade do ensino municipal será mantida com muita persistência nesse bom caminho e o prosseguimento de uma estratégia que começou a ser adotada no início de 2011: colocar todas as escolas, progressivamente, em tempo integral. Nenhum dos países desenvolvidos tem apenas quatro horas e meia de aulas por dia. Precisamos buscar qualidade em padrões internacionais. O resultado no Ideb das escolas de tempo integral do Rio foi muito bom. Nos dois primeiros anos de implantação do projeto, ocupamos espaços ociosos com escolas em sete ou oito horas de aula e passamos a fazer todos os concursos para professores com 40 horas de carga horária e dedicação exclusiva. Agora, com 156 escolas em tempo integral, com mais tempo de aula de português, matemática

e estudo dirigido, vamos construir escolas para abrigar esses alunos. Mas é importante observar: não são apenas prédios, é uma proposta de ensino integral, com currículo e grade horária de tempo integral e professores com dedicação exclusiva a uma única escola.

Armando Castelar Pinheiro (Coordenador da Área de Economia Aplicada do IBRE/FGV) — Qual o plano da prefeitura para criar na cidade do Rio de Janeiro um grande polo de resseguros? Para quando se pode esperar um anúncio nesse sentido?
A Rio Negócios, a consultoria imobiliária Jones Lang LaSalle e a Federação Nacional das Empresas de Resseguros (Fenaber) firmaram uma parceria para levar adiante o projeto para a instalação de um polo nacional de resseguros no Rio de Janeiro. A gente se inspirou no modelo de Londres e a ideia é concentrar todos os *players* da cadeia num mesmo empreendimento. Nossos objetivos são claros: trazer maior facilidade operacional e agilidade nos processos e soluções cotidianas. Atualmente, as empresas direta e indiretamente ligadas ao mercado de resseguros, além dos principais órgãos do setor, ocupam cerca de 50 mil m² na cidade do Rio de Janeiro, área que é indicativa do volume de ocupação esperado no novo empreendimento. Ainda no primeiro trimestre deste ano, a gente anuncia o local físico onde esse Centro Nacional de Resseguros vai ser instalado.

Lia Valls Pereira (Pesquisadora da Área de Economia Aplicada do IBRE/FGV para o Setor Externo) — Além do turismo, em que outros setores é possível identificar vantagens competitivas potenciais na pauta de exportações de serviços (financeiros, audiovisuais, entre outros) da cidade do Rio? E, nesse caso, quais seriam os principais desafios a superar?

A qualidade do ensino municipal será mantida com muita persistência e o prosseguimento de uma estratégia que começou a ser adotada no início de 2011: colocar todas as escolas em tempo integral

O Rio é uma cidade com múltiplas vocações em sua economia. Como já conversamos, vemos como estratégicos para a cidade não só o setor de O&G, como também as áreas de tecnologia, saúde, indústrias, audiovisual, serviços financeiros — visto que a maior parte dos fundos de pensão independentes do país está aqui —, entre outros. Os principais desafios encontrados no início desta administração para o desenvolvimento de novas empresas na cidade estavam ligados à infraestrutura, saúde e educação. E é nesses pontos que viemos concentrando nossos maiores esforços. O Porto Maravilha, maior PPP do Brasil com investimentos de US$ 4,5 bilhões, está requalificando 70 km de vias urbanas e 700 km de novas redes de infraestrutura urbana. Essa área vai ser o nosso novo e moderno centro comercial e empresarial. Também investimos US$ 2,2 bilhões em educação, US$ 2,8 bilhões em saúde e desenvolvimento social, US$ 7,3 bilhões em habitação e urbanização, US$ 8,5 bilhões em transporte de massa, US$ 1,9 bilhão de investimentos no meio ambiente, com 450 km de ciclovias, plantação de 24 milhões de árvores, 700 mil novos usuários do sistema de esgoto e redução em 20% dos gases de efeito estufa. E mais de 80 novos hotéis serão construídos até 2015, representando investimentos de US$ 1,5 bilhão. O pacote olímpico lançado há dois anos, com incentivos para as redes hoteleiras, foi fundamental para esse impulso. Estamos superando nossos desafios. Tenho certeza de que estamos no caminho certo dos investimentos.

Marcelo Neri (Presidente do Ipea e professor da EPGE/FGV) — A prefeitura do Rio inovou na proposição de metas globais e de políticas de redução da pobreza, como o Cartão Família Carioca, que teve influência no desenho de políticas fluminense e nacional. Há atualmente, desde o Rio, um alinhamento sem precedentes entre ações dos três níveis de governo e as internacionais. Hoje, somam-se forças e divide-se trabalho para multiplicar resultados sociais. Quais são os próximos passos no combate à pobreza e em ações sociais integradas?
Pegamos as famílias mais pobres do Rio e em um ano de projeto do Cartão Família Carioca tiramos

da linha da pobreza 46% delas, resultando em quase 8% da população carioca sendo atendida pelo programa, vivendo uma realidade diferente e com mais estímulo à educação das crianças. O projeto usa a mesma base cadastral do Bolsa Família no Rio e é uma espécie de complemento do programa do governo federal, já que o custo de vida no Rio não é o mesmo que em outras cidades menores do país. Ano passado ampliamos o número de famílias atendidas e dobramos os benefícios para pessoas com deficiência e para jovens de comunidades pacificadas. Este ano, além de exigir das famílias que cada criança em idade escolar mantenha frequência mínima de 90% das aulas e tenha a participação de pelo menos um dos responsáveis nas reuniões bimestrais, incluímos as Clínicas da Família nesse programa, com obrigatoriedade de cuidar da saúde. Todos os beneficiários do Cartão Família Carioca estarão incluídos no Programa Saúde Presente até julho. São 134 mil famílias e cerca de 540 mil pessoas beneficiadas com o cartão. Cerca de 80% dos cadastrados no Cartão Família Carioca vivem nas zonas Norte e Oeste do Rio, regiões mais carentes da cidade. É um conjunto de ações que vai aos poucos mudando a realidade social da nossa cidade.

Carlos Pereira (Professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da FGV) — Para além da sincronia de interesses e de preferências de políticas entre os governos federal, estadual e municipal, que outros aspectos políticos e institucionais V. Exa. apontaria como responsáveis pelo bom desempenho do Rio de Janeiro?
O abandono que tomou conta da cidade durante décadas também tinha afetado nossa economia. Ao longo dos anos, o Rio assistiu à saída de grandes empresas. Por isso, um dos desafios foi atrair investimentos e mostrar que aqui também é o melhor lugar para os empresários, para os negócios, para quem é empreendedor. Em 2010, por exemplo, em parceria com a Associação Comercial e a Agência Rio Negócios, criamos meios para facilitar e estimular a vinda de novas empresas e ampliar e consolidar o espaço das já existentes. Desde o início do governo, áreas abandonadas na cidade passam por requalificação. O projeto Porto Maravilha é o melhor exemplo. Com um grande volume de obras de urbanização e a construção de novos centros culturais — como o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio —, a Região Portuária será mais um centro econômico e turístico da cidade. Um bom exemplo é o polo de tecnologia que estamos criando ali. A Microsoft está fazendo o maior investimento no Brasil nessa região. Hoje, a cidade está em um momento de solidez financeira e com ótima avaliação das agências de classificação de risco. Desde que assumi, organizamos as contas da prefeitura, conquistamos o *investment grade* das agências Moody's e Fitch e Standard & Poor's, estamos atraindo muitos investimentos estrangeiros. Agora somos AAA em nível Brasil e BBB na escala mundial, que é o mesmo do governo federal. Essa é mais uma notícia que reforça o bom momento financeiro vivido pela cidade. A nota é a mesma concedida à União, ao BNDES e à Petrobras, e confere ao município do Rio de Janeiro a posição privilegiada entre os entes subnacionais para investimentos. O fato reafirma o sucesso da gestão das finanças municipais, que desde 2010 recebe notas *investment grade*. Em 2011, a cidade teve a maior taxa de investimentos (17,9%). Os recursos são recordes na história do Rio e também representam a maior taxa de investimento governamental do país. As receitas totais do município atingiram R$ 17,821 bilhões, em 2011, frente aos R$ 15,243 bilhões, em 2010. Um dos destaques do nosso trabalho é o projeto Nota Carioca. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica contribuiu com o aumento da arrecadação do ISS e um crescimento real do imposto na ordem de 10% e nominal de 17,7%, o equivalente a um acréscimo de R$ 559,859 milhões nos cofres do município.

Pegamos as famílias mais pobres do Rio e em um ano do Cartão Família Carioca tiramos da linha da pobreza 46% delas, com quase 8% da população carioca sendo atendida e com mais estímulo à educação das crianças



Rio em construção

As potencialidades do Rio de Janeiro para seguir seu curso rumo ao desenvolvimento

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Quem no começo deste século olhasse para a economia do Rio de Janeiro e tentasse prever seu futuro dificilmente imaginaria o que o estado — e sobretudo a capital — viveria nesse período. Desde 2000, a renda *per capita* do carioca mais do que duplicou. O estigma da violência foi reduzido com a ação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), atualmente instaladas em 28 favelas da cidade, e a educação pública ganhou um novo modelo de gestão. As administrações municipal e estadual arrumaram a casa, saneando suas contas, e os investimentos divulgados para a região cresceram a cada triênio, contabilizando R$ 211,5 bilhões entre 2012/14, segundo levantamento da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Além do anúncio da descoberta do pré-sal em 2007, a escolha do Rio para sede dos Jogos Olímpicos de 2016 foi a grande impulsionadora desse processo. "Com isso, conseguimos tirar do papel obras essenciais de transporte para a cidade do Rio, como os BRTs (trânsito rápido em ônibus) e a ampliação do metrô", diz Cristiano Prado, gerente de Competitividade Industrial e Investimentos da Firjan. "Outras obras, como o Arco Metropolitano (anel rodoviário que conectará o Porto de Itaguaí aos principais eixos rodoviários), aproximarão regiões do estado, estimulando a interiorização do emprego e da renda", afirma, indicando que os anúncios de investimento em logística cresceram 80,3% em relação ao levantamento anterior, totalizando R$ 21,3 bilhões. "Isso sem contar o Complexo Portuário do Açu, em São João da Barra, além de outros investimentos nos setores naval, automobilístico, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, e os centros de pesquisa de multinacionais que participarão do polo de pesquisa e desenvolvimento da Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro", exemplifica.

Na Rio Negócios, agência municipal de promoção comercial, o mote dos últimos anos tem sido aproveitar a visibilidade dada pelos eventos esportivos para a atração de empreendimentos. "Tivemos uma atividade intensa ano passado em Londres, quando aproveitamos os Jogos na capital inglesa para promover o Brasil", revela Antonio Carlos Dias, diretor comercial da Rio Negócios. "Foram cerca de 800 contatos, reuniões, não apenas relacionadas aos negócios esportivos, como gestão de arena, materiais, empresas de marketing, mas também dos setores de energia, indústria criativa, fármaco e químico, e tecnologia da informação", citando, entre os últimos resultados desse trabalho, a criação de uma aceleradora de *start-ups* da Microsoft no Rio. Para Antonio Carlos, a cidade hoje vive uma dinâmica mais inclusiva, graças ao aumento da malha

O Rio precisa buscar modelos ambientalmente sustentáveis que preservem a marca da cidade e qualifiquem seu crescimento

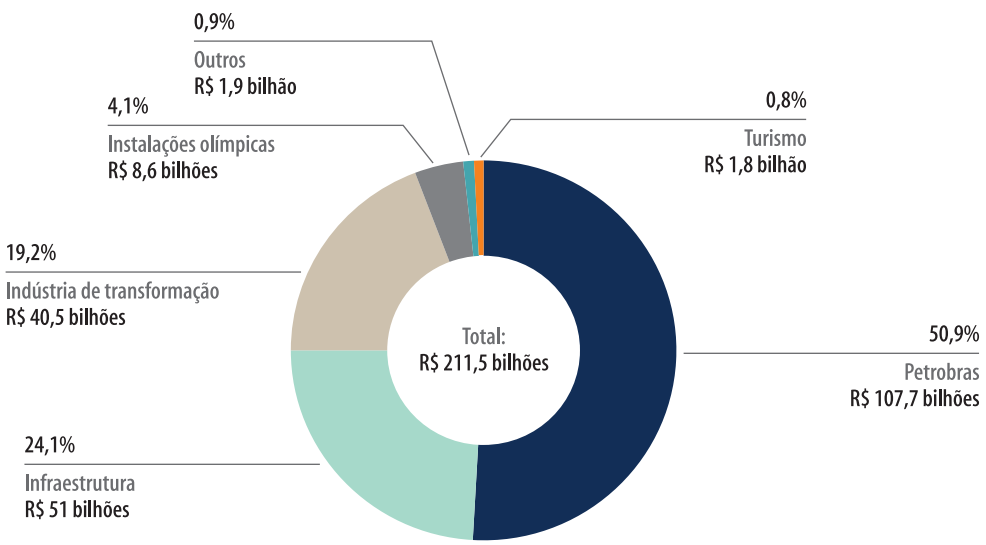
de transporte de massa, criando novos eixos econômicos na cidade. "E aí começa a negociação de hotéis na Ilha do Fundão, duas torres sendo construídas na Linha Amarela para atender empresas que estão se deslocando para a região ao redor do centro comercial Nova América, em Del Castilho, empresas indo para Santa Cruz. Além de projetos símbolo como o Porto Maravilha, que envolve cinco milhões de metros quadrados de áreas de escritório que muitos no exterior ainda não conhecem. O Rio de Janeiro explodiu de uma forma que muita gente não apostava."

A velocidade em que os investimentos são anunciados e os prazos determinados para algumas obras relacionadas aos jogos esportivos — nos quais se incluem a Copa do Mundo de 2014 —, entretanto, tem deixado vários observadores em alerta. Apesar dos avanços conquistados nos últimos anos, para vencer essa maratona e direcionar o ímpeto dos investidores, o Rio ainda precisará fortalecer sua musculatura institucional durante a própria corrida, para evitar tropeços do passado e garantir um crescimento sustentável.

Ao mesmo tempo em que a diversificação de serviços, que é a marca da economia da cidade, poderá trazer uma perspectiva para a cidade que concentra 70% da população e está longe de sua principal riqueza, o petróleo, o economista Fabio Giambiagi destaca que ainda há muito por fazer tanto no plano municipal quanto estadual. "Não se pode negar que ainda há muitas deficiências,

Infraestrutura cresce

investimentos anunciados para o período de 2012-2014 no Rio de Janeiro



Fonte: Firjan.

como obras públicas mal concebidas e malfeitas, problemas sérios na saúde, entre outros. Por sua vez, as máquinas públicas municipais são de uma precariedade de dar dó, demandando um fortalecimento das administrações locais e a redução das descontinuidades administrativas associadas às mudanças de governos entre uma gestão municipal e outra", diz.

No livro *Rio de Janeiro, um estado em transição*, coletânea de 17 artigos organizada por Armando Castelar e Fernando Veloso, especialistas do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV) e economistas convidados traçam um panorama do desenvolvimento econômico do estado. Caracterizado por um nível de urbanização maior do que a média nacional em 1940, o que pressionou precocemente a consolidação de uma economia de serviços, e um crescimento declinante a partir da década de 1970, o Rio depende agora de algumas definições que, apontam os autores, serão determinantes para seu sucesso nessa maratona de investimentos. Entre elas, como administrar a riqueza gerada pela exploração do petróleo, avanços em educação e na formalidade da economia e, no caso da capital, modelos ambientalmente sustentáveis que preservem a marca da cidade e qualifiquem seu crescimento frente ao reordenamento urbanístico em curso.



BRT TransOeste reduziu a ligação entre Santa Cruz e Barra da Tijuca (Foto: Cidadeolimpica.com)



Perspectiva de como ficará o Museu do Amanhã na Praça Mauá (Ilustração: Divulgação Cdurp/Prefeitura)



O estádio do Maracanã passa por reformas para a Copa do Mundo (Foto: Tânia Rêgo/ABr)

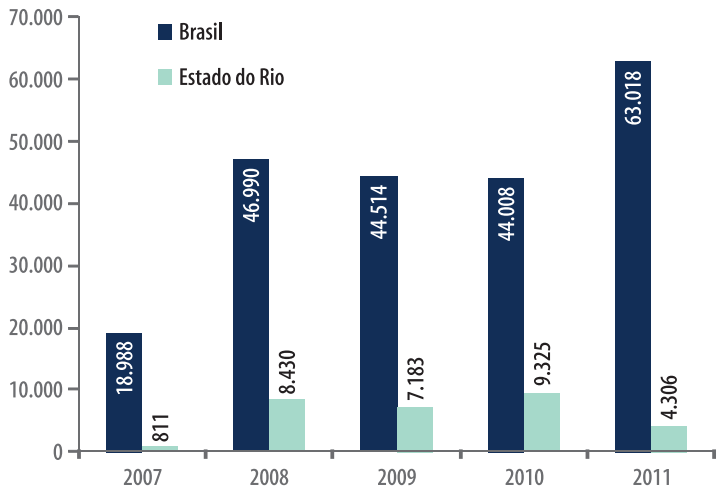
A produção brasileira de petróleo dobrou entre 1997 e 2010, elevando os recursos repassados em forma de *royalties* de R$ 424 milhões para R$ 21,6 bilhões

RIQUEZA CONTRADITÓRIA

Concentrando cerca de 80% da produção de petróleo do país e metade dos investimentos previstos para o estado no período 2012/14, é impossível dissociar a economia fluminense do setor de óleo e gás, bem como das contradições implícitas nessa relação, detalhadas no livro do IBRE. Lia Valls, pesquisadora da área de Economia Aplicada do IBRE, destaca que, graças ao petróleo, o estado saltou da nona para a terceira posição entre os estados exportadores entre 2000 e 2008, sendo este determinante no saldo da balança comercial fluminense. Com isso, o produto colaborou para a concentração da pauta exportadora brasileira em produtos básicos; em contrapartida, ampliou os mercados compradores do estado. Aloisio Campelo, superintendente adjunto de Ciclos Econômicos do IBRE, apontou que o perfil pouco volátil da indústria do petróleo — que inclui setores como o naval — ajudou o estado a recuperar-se mais rapidamente de crises econômicas do que a média nacional, mas que a forte expansão produtiva e o contínuo aumento das exportações do produto poderão alterar esse quadro, deixando o Rio mais vulnerável às recessões e mais reativo a choques exógenos e a guinadas nas políticas monetárias e fiscal.

Graças ao petróleo, intensivo em capital, o estado tem registrado um resultado melhor na produtividade do trabalho. "E isso não se limita à atividade de exploração. Alguns serviços que vêm a reboque dessa atividade, como os financeiros, também registram melhora de produtividade", diz Mauricio Canêdo, do IBRE. Quando se trata da receita proveniente dos *royalties* e sua relação com a política fiscal do estado, entretanto, os economistas Samuel Pessôa e Fernando de Holanda Barbosa Filho apontam um considerável risco na ausência de estratégias que levem em conta sua volatilidade e finitude frente às despesas assumidas, sugerindo a criação de um fundo que gere poupança e regularize o fluxo dessa receita. Afinal, a receita advinda do setor depende da variação do preço internacional do petróleo e da produtividade de cada campo, cuja atividade não é perene. A bonança de arrecadação verificada na última década — a

Fatia Fluminense
investimentos estrangeiros diretos (em US$ milhões)



Fonte: Rio Negócios com dados de fDi Markets.

produção brasileira dobrou entre 1997 e 2010, elevando os recursos repassados em forma de *royalties* de R$ 424 milhões para R$ 21,6 bilhões —, deverá ser afetada daqui para frente. Os poços da Bacia de Campos já dão os primeiros sinais de declínio; o custo de extração no pré-sal deverá ser mais elevado, além do risco de mudança no sistema de distribuição dessa receita, que poderá reduzir a parcela do estado e diminuir ou extinguir as participações especiais devido à introdução do sistema de partilha.

A decisão sobre uma redivisão desse bolo — que, antes do recesso parlamentar, dependia da votação sobre o veto da presidente Dilma Rousseff ao artigo 3º do projeto de lei aprovado no Congresso, que diminui a parcela de *royalties* e da participação especial dos contratos em vigor —, gera polêmica até dentro do próprio estado. No Norte/Nordeste fluminense, onde estão Macaé e Campos dos Goytacazes, ninguém quer admitir a possibilidade de mudança. "Temos 52 projetos dentro do plano de Desenvolvimento Sustentável, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), que movimentará cerca de R$ 180 bilhões nos próximos anos", argumenta Getúlio Almeida, presidente da Associação Comercial e Industrial de Campos (Acic). Dentro dessa lista constam desde políticas de fortalecimento da cultura regional ao desenvolvimento de



Campanha em favor dos *royalties* mobiliza a população do Norte Fluminense (Foto: Secom Prefeitura de Campos)



As obras do Porto do Açu vão dinamizar a economia da Região Norte do Estado do Rio (Foto: João L. Anjos)



Plataforma P 51 está situada na Bacia de Campos, no Norte Fluminense (Foto: Agência Petrobras)

mecanismos de monitoramento de dados ambientais, projetos de transporte público como metrô e um VLT regional, para atender ao movimento de trabalhadores do Complexo Industrial do Porto de Açu, e outros educacionais, com metas como ter 50% da população economicamente ativa da região cursando ou tendo concluído o ensino técnico e/ou superior em 2035. "Se as regras de repartição dos *royalties* mudarem e perdermos esse dinheiro, não teremos nada disso", anuncia.

Já em Três Rios, na Região Centro-Sul, que não é beneficiado por essa verba, a reclamação é clara. Para recuperar a economia local, a prefeitura trabalha com uma agressiva política de incentivos fiscais, atraindo empresas de grande porte como a Nestlé e a Neobus (fabricante de ônibus), que colaborou para triplicar o orçamento municipal em três anos (ver box). O prefeito reeleito Vinicius Farah (PMDB) condena a discricionariedade da escolha dos beneficiados. "Esse dinheiro faz falta e é talvez a maior injustiça que sofremos. Só cinco municípios não produtores não participam dessa distribuição, e somos um deles. Temos conseguido fazer tanta coisa, e poderíamos fazer em escala maior se estivéssemos incluídos", garante.

Para Sérgio Besserman, presidente da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável e de Governança Metropolitana do Rio de Janeiro, o sinal nega-

Caixa gordo
distribuição dos *royalties* de petróleo

	não produtores	produtores
Número de municípios	79	13
Número de municípios beneficiários de *royalties*	74	13
Variação da produção 1997-2010:		
Valor da produção (R$ milhões)	0	70.815
Royalties (R$ milhões)	692	2.512
Royalties per capita (R$ milhões)	200	1.920

Fonte: Joana C. M. Monteiro.

Menos impostos e burocracia

Três Rios tem se destacado entre os municípios fluminenses na atração de investimentos. Em três anos e dez meses, somou 1.041 empresas à cidade, entre novos e grandes negócios e pequenos empreendimentos locais que foram formalizados.

Esse resultado é fruto de um pacote de incentivos fiscais que inclui, além de alíquota de 2% de ICMS, isenção de IPTU por 25 anos e de taxa de obras e redução de ISS. "Reduzimos de 5% para 2% o ISS numa época em que a cidade precisava, e recentemente elevamos o imposto para 3%, a partir de 1º de janeiro. É bom ter essa flexibilidade", diz o prefeito reeleito Vinicius Farah (PMDB). Com a concessão desses benefícios, a arrecadação saltou de R$ 77 milhões, em 2009, para R$ 211 milhões no ano passado.

Farah, que em 2012 foi eleito pelo Sebrae "Prefeito Empreendedor do Rio de Janeiro", aponta que outro diferencial da cidade é a busca pela desburocratização. "Imagina que hoje eu consigo, por meio da nossa Companhia de Desenvolvimento Econômico, disponibilizar uma área pública em 72 horas, totalmente liberada no que diz respeito à documentação", exemplifica. "Também recebemos do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) autorização para licenciamentos ambientais de até certo porte." Segundo Farah, o governo preocupa-se com os impactos negativos do rápido crescimento. Para contornar o problema, a prefeitura investe, por exemplo, em cursos técnicos de acordo com a demanda da empresa que chega. "Promovemos capacitação gratuita em escolas municipais que fechavam à noite e há seis meses ganhamos do governo

tivo que essa discussão implica é sobretudo a ameaça de quebra de contratos já firmados, podendo com isso afastar investimentos em um momento-chave para o estado. "Além da defesa do Rio, o problema consiste em mexer em contratos passados. Isso tem valor intangível grande, pois deixa o mercado inseguro", diz. Mais do que imaginar se essa discussão se resolverá efetivamente em fevereiro ou migrará para o Supremo Tribunal Federal (STF), entretanto, Besserman e outros economistas alertam para a importância de ampliar o foco do debate para a forma como o dinheiro é aplicado. Ou seja: tirar lições do efeito limitado que essa injeção de capital teve até agora na atividade econômica das cidades beneficiadas. "O debate dos *royalties* é aquele nosso *slogan* ao contrário: farinha muita, meu pirão primeiro", diz Besserman, que, quando se trata do tema, prefere falar como acadêmico da PUC-Rio. "Essa briga dos *royalties* está sendo feita no nível que a democracia brasileira alcançou, que é pouco. A política no Brasil perdeu funcionalidade", lamenta.

No livro do IBRE, Joana Monteiro, do Centro de Desenvolvimento Internacional de Harvard, destaca que somente entre 1997 e 2010 a receita de *royalties* dos municípios fluminenses cresceu 34 vezes, de R$ 97 milhões para R$ 3,3 bilhões, mas os gastos associados a esse dinheiro ficaram muito mais concentrados no inchaço da máquina pública municipal do que em um aumento

"Essa briga dos *royalties* está sendo feita no nível que a democracia brasileira alcançou, que é pouco. A política no Brasil perdeu funcionalidade"

Sérgio Besserman

estadual um Centro Vocacional Tecnológico (CVT) que já conta com quatro mil alunos", diz.

Entre as principais empresas que foram atraídas à cidade nos últimos anos está a Nestlé, com uma fábrica de bebidas lácteas que promete revitalizar a bacia leiteira, que sustentou a região até a década de 1970, e a gaúcha Neobus, que deve iniciar suas operações este mês para a construção de ônibus urbanos.

A Pifer, fabricante de bancos e painéis para trens, é exemplo de outro setor que tem se revitalizado na cidade: o ferroviário. "Para nós, foi uma vantagem ter mão de obra já especializada em fibra de vidro", conta Otavio Henrique Campos, presidente da empresa. Campos chegou a trabalhar na Santa Matilde — fabricante de vagões ferroviários da cidade que teve falência decretada em 2005. A empresa já prestou serviços para multinacionais como a Alstom, a espanhola CAF e a coreana Hyundai-Rotem.

"Esse ainda é um mercado difícil, pequeno e irregular", diz Campos, afirmando que a demanda paulistana da extensão do metrô é que atualmente mantém a atividade de empresa. "Aqui no Rio, vivemos um contrassenso: nos beneficiamos da redução do ICMS do governo estadual por meio do Programa Rio Ferroviário, mas não ganhamos isonomia na licitação para o metrô do Rio, vencida por chineses com os quais não conseguimos negociar fornecimento", afirma, lamentando ter perdido também a licitação para os bancos do Maracanã. "Quando lançamos nossa subsidiária, a Pifer Plastic, um dos nossos focos era esse estádio. Mas o estado queria comprar da Alemanha", alega. A empresa, no entanto, ainda está na disputa para fornecer produtos a outros quatro estádios que sediarão jogos da Copa de 2014, além do novo estádio do Palmeiras, na capital paulista. (*S.M.*)

Participação relativa

posição entre os 100 maiores municípios brasileiros, em 2010, em relação a:

	PIB a preços correntes	PIB *per capita*	VAB** indústria	VAB serviços	VAB adm., saúde e educação pública
Rio de Janeiro	2	—*	2	2	2
Campos dos Goytacazes	19	74	4	46	22
Macaé	43	76	33	52	50

Fonte: IBGE. *Cidade não está entre os 100 primeiros municípios nesse quesito. **VAB = valor adicionado bruto.

dos serviços públicos, como educação, infraestrutura e saúde. "É um debate importante, e muito mais complexo do que definir a totalidade dos recursos para a educação (referindo-se à medida provisória que determina esse uso nos novos contratos), pois isso também dá margem para ser interpretado de várias formas. Por exemplo, para uns, pode significar a compra de ônibus escolares, para outros, melhoria da formação dos professores", diz Canêdo.

Segundo o economista Alcimar das Chagas Ribeiro, da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), a média de investimento público no Norte/Nordeste, por exemplo, não é alta. "Em São João da Barra, que tem 30 mil habitantes e orçamento de R$ 400 milhões, o investimento no ano passado ficou em torno de 1,6% das receitas correntes; em Macaé, foi de cerca de 7%, devido a obras de infraestrutura", conta. "Já Campos tem investido nesses últimos três anos um percentual que chama a atenção, entre 18% e 19% da receita corrente. Não é pouco. Para se ter uma ideia, o orçamento previsto para 2013 é de R$ 2,5 bilhões", ressalta. Mas quantidade não representa necessariamente qualidade. "Hoje, por exemplo, a cidade enfrenta problema de favelização dentro do próprio núcleo de casas populares construído exatamente para conter esse problema na entrada e na saída da cidade", diz.

Autor de um livro sobre a conjuntura econômica da região, Ribeiro afirma que Campos ainda registra um caráter sazonal no perfil da renda. "O município conta com um setor sucroalcooleiro que, mesmo em declínio, tem um peso importante. Gera emprego a partir de abril, mas no fim do ano demite, pois é fim de safra. Na construção civil, outro forte empregador, acontece o mesmo. Assim, a movimentação econômica é altamente dependente da renda dos servidores públicos", conta. "Em São João da Barra, o cenário é parecido. Nas obras do Complexo do Açu, os habitantes do município ocuparam vagas menos qualificadas, como zelador, segurança, não trazendo grandes mudanças no perfil de renda. Tanto que o emprego no comércio da cidade fechou o ano negativo. Em resumo, passados 35 anos de renda de *royalties*, continuamos pobres."

Para Ribeiro, as chances de esse processo se reverter no curto prazo são baixas. "Uma das compensações do Complexo do Açu é a garantia de capacitação de mão de obra, com cursos técnicos como de mecânica, elétrica. Mas o nível de escolaridade é baixo e de pouca qualidade. Campos e São João da Barra figuram nos últimos lugares no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Rio", afirma. "A tendência, quando terminar a fase de obras e começar a operação do complexo, é de uma demanda ainda mais qualificada do que a atual. Como transformar esses trabalhadores em engenheiros?", questiona. "Talvez essa dependência de investimentos exógenos não resolva a situação de forma sustentável. O que poderia resolver são investimentos endógenos, potenciais negócios que pudessem gerar riqueza de forma bem distribuída."

Canêdo, do IBRE, reforça que o grande desafio do estado como um todo será pensar em um modelo de apropriação da riqueza do

petróleo além dos *royalties*. "Podemos desenvolver uma indústria parapetroleira independentemente de haver petróleo no Brasil", assinala, citando o caso da Noruega. "Enquanto a produção norueguesa de petróleo cai, o PIB associado a essa indústria aumenta, pois hoje eles vendem equipamentos e prestam serviços a vários países. Isso sem depender de mesada do governo nem reserva de mercado local", afirma.

Besserman, por sua vez, vai além, indicando a importância de inserir o Rio de Janeiro na economia de baixo teor de carbono. "A estrutura de preços relativos da economia de mercado global tende a sofrer mudanças imprevisíveis. Há um custo em emitir gases do efeito estufa e, na hora em que houver um acerto global, a precificação terá de ser rápida e o mercado tratará de se mexer para onde os preços estiverem sinalizando", informa, indicando que esse fator poderá mudar radicalmente a avaliação de retorno do investimento no pré-sal. Ou seja, o ritmo de depreciação dos ativos do mundo dos combustíveis fósseis seria mais ou menos acelerado de acordo ao ritmo em que a sociedade decida enfrentar as mudanças climáticas. "Por isso, o pré-sal deveria se constituir muito mais em uma ponte para outro tipo de economia, mais voltada para o conhecimento. Ali se justificaria que o estado fosse ativista e concedesse certo nível de subsídio. Estamos deixando o mundo do futuro ao deus dará do mercado. O que estamos fazendo com o álcool, por exemplo, não é bom. O próprio desenvolvimento das eólicas precisa de condições específicas de mercado, e a vantagem comparativa da biomassa mal é trabalhada", diz.

MUDANÇAS ACELERADAS

No caso da cidade do Rio, onde o impacto direto do petróleo é menor, Fabio Giambiagi sugere que a fórmula que garantirá a formação de um PIB com mais desenvolvimento passa pela integração de educação e tecnologia. "É preciso utilizar os recursos oriundos do petróleo para investir mais em ciência e tecnologia, que é de certa forma o que a Petrobras está fazendo com as iniciativas na área do Fundão, atraindo novas empresas, e cujo aspecto físico mudou radicalmente com os novos laboratórios de pesquisa", observa. "E aumentar os investimentos em educação, associados a mudanças de gestão para evitar que se gaste mais sem ter maior retorno, o que é condizente com as boas iniciativas no campo educacional que estão sendo implementadas tanto em nível estadual como em nível municipal na cidade do Rio de Janeiro (leia mais na pág. 34)." A combinação ideal, segundo

"É preciso utilizar os recursos oriundos do petróleo para investir mais em ciência e tecnologia, que é de certa forma o que a Petrobras está fazendo com as iniciativas na área do Fundão"

Fabio Giambiagi

Para lhe servir

distribuição de empregados por atividade econômica, em %

	BRASIL	CIDADE DO RIO
Comércio	19	16,8
Serviços e adm. pública	52,8	68,3
Agropecuária, ext. vegetal, caça e pesca	3,2	0,1
Indústria	19,2	9,8
Construção civil	5,7	4,9

Fonte: Rio Negócios, com dados do MTE - RAIS.

Giambiagi, é um cenário como o sugerido pelo engenheiro Eloi Fernández y Fernández, ex-diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP), em que o Rio fosse "uma simbiose de Houston e Barcelona", aliando os serviços do petróleo ao impulso do turismo, da economia criativa e dos esportes.

"Somos uma cidade de serviços, e serviços são conhecimento, desde o gerador de renda das camadas mais carentes até os níveis mais elevados. Então temos que apostar em conhecimento e cultura", reforça Besserman, defendendo que um dos principais legados que o movimento em torno dos Jogos Olímpicos poderia deixar à cidade seria uma modificação na cultura de trabalho. "O carioca trabalha mais que o paulista. A Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE aponta isso todos os anos. Minha explicação é que existe mais conta própria no Rio, sem jornada fixa, e nosso mercado de trabalho é de qualidade um pouco menor do que em São Paulo. Mas é fato que não temos uma cultura de excelência, porque no Rio a realidade de um mercado competitivo é mais recente. Nossa tradição é mais de capital, de reinado, de burocracia, ainda que sejamos mais criativos ao empreender", afirma.

Não são poucos os projetos em andamento que convergem para esse objetivo, e parte deles está voltada para o setor mais carente de renda e incentivos à educação: os moradores das favelas. Depois da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), alguns esforços estão sendo empreendidos para mapear e melhorar o acesso a serviços de infraestrutura urbana e de formalização dos empreendimentos instalados nessas regiões (leia mais na pág. 30).

Federalismo social

A conjugação de projetos estaduais e municipais com o Bolsa Família é outro destaque entre as ações verificadas no Rio de Janeiro para incentivar a melhoria de renda da população e a educação de crianças carentes. O governo estadual lançou, em 2009, o programa Renda Melhor, que faz parte do Plano de Erradicação da Pobreza Extrema e assiste financeiramente famílias integrantes do programa federal. Por sua vez, o governo municipal, desde dezembro de 2010, conta com o Família Carioca, o qual garante uma renda mensal complementar às famílias do programa Bolsa Família. O valor do benefício depende da renda e do número de pessoas da família e essas iniciativas contam com a possibilidade de que os estudantes, a partir de seus desempenhos escolares, possam receber valores individuais adicionais.

Essa complementariedade de ações é o que Marcelo Neri, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), chama de novo federalismo social. "A partir dos dados do Cadastro Único e do Bolsa Família as administrações locais atuam de maneira integrada complementando ações e também trazendo inovações", ressalta. E completa: "Existe uma via de mão dupla. Da mesma forma que os estados e municípios estão começando a usar a plataforma do Bolsa Família para desenhar seus programas numa velocidade bastante boa, a capacidade de diferenciar os programas de acordo com as possibilidades e as necessidades de cada lugar é um aspecto interessante. Estamos atingindo quem é pobre e não quem está pobre ou diz que está pobre".

De acordo com o economista, aproximadamente 94% do público elegível tem sido alcançado, somando 540 mil pessoas na capital e mais de um milhão no estado. Os pontos positivos, elenca, são o fato de o programa ter alta escala e custo barato, o que faz com que, de imediato, haja redução dos índices de pobreza. Os outros efeitos, na avaliação de Neri, são aumento da frequência escolar, participação dos pais na vida escolar dos filhos, e melhoria de notas, especialmente de ciências e matemática. "Na medida em que essas variáveis melhoram, que a renda estimada das famílias aumenta, o hiato de renda a que a pessoa tem direito no desenho dos programas vai diminuindo, então ela tem uma porta de saída embutida para a cidadania." (*Kalinka Iaquinto*)

Além disso, o Rio de Janeiro foi pioneiro na iniciativa integrada de estados e municípios de complementar programas federais de assistência, com o Renda Melhor e o Família Carioca, reforçando o estímulo econômico às famílias condicionado ao incentivo à educação básica dos filhos e uma maior participação dos pais na vida escolar.

"O fato de termos um prefeito pragmático focado em metas e gestão, sem entrar em valores programáticos, os Jogos Olímpicos serem algo com data para acontecer, e de termos uma sociedade rápida para aproveitar oportunidades, são fatores positivos nesse processo", diz Besserman. "Mas temos que performar. Não podemos nos contentar apenas com melhorar as notas do Ideb; precisamos ter as melhores notas. Nem só com indicadores como publicações científicas, patentes. Somos ruins de ciência, e no Brasil em geral valorizamos muito pouco o conhecimento: o povo, porque foi excluído dele por séculos, e a elite, porque não precisou dele para competir. Mas agora a história é outra. Temos que incluir a excelência à marca do Rio", afirma, somando a esse cenário a questão ambiental: "Se daqui a 20 anos nos candidatarmos à cidade *locus* do debate sobre desenvolvimento sustentável sem avançar no processo de limpeza da Baía de Guanabara, vão rir da gente. Nossa marca irá embora pelo ralo, e isso também é muita grana."



Centro de Pesquisa da Petrobras (Cenpes) funciona na Ilha do Fundão (Foto: Agência Petrobras)



Uma Unidade de Polícia Pacificadora foi instalada na favela da Rocinha (Foto: Tânia Rêgo/ABr)



Ação ambiental vem retirando materiais submersos na Baía de Guanabara (Foto: Tânia Rêgo/ABr)



A integração entre policiais e moradores estimulou o empreendedorismo nas comunidades (Foto: Tânia Rêgo/ABr)

O negócio da segurança

Kalinka Iaquinto, do Rio de Janeiro

A instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas cariocas não apenas restaurou a sensação de segurança dos moradores dessas comunidades como tem incentivado o desenvolvimento e, em alguns casos, a formalização de negócios locais. Segundo a pesquisa *Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Laboratório de Análise da Violência (LAV-Uerj), entre janeiro de 2006 (pré-UPPs) e junho de 2011 (pós), o número de mortes violentas caiu quase 75% por mês e por comunidade. A guinada nas estatísticas impulsionou o turismo nesses locais e o espírito empreendedor dos moradores, que também puderam contar com novas políticas e serviços de apoio.

O esforço de pacificação contribuiu para aumentar o faturamento dos estabelecimentos do setor de serviços localizados dentro das favelas. "Antes, o crime era uma barreira, as pessoas não frequentavam a favela. Hoje se sentem mais à vontade para fazer isso", destaca Sérgio Guimarães Ferreira, diretor de informação da cidade do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) e coautor do livro *Rio, um estado em transição*, elaborado pelo IBRE/FGV. "A política de UPP foi fundamental para vender a marca do Rio como uma cidade integrada", completa.

Inclusão

Vinícius Assumpção, secretário especial de Desenvolvimento Econômico Solidário, concorda. "Ainda temos no Rio de Janeiro o que chamo de cidade economicamente partida, em que uma parcela da população que está segregada vem sendo incluída", fala, ao destacar que já se percebe mais vigor nos mercados entre comunidades e entre elas e o restante da cidade. "Há uma quebra das barreiras, e essa é a grande vitória da pacificação. O Rio está sendo revigorado economicamente, mas, sobretudo, culturalmente, porque estamos conseguindo

entender que a comunidade é um produto da cidade, faz parte do ser carioca", emenda.

Outro fator positivo nesse movimento empreendedor é que habilidades antes usadas para "bicos" hoje são vistas como oportunidades profissionais em diversas áreas, desde alimentação, moda, turismo ou hotelaria. "Na medida em que a pacificação criou a oportunidade de mercados antes não existentes, gerou o incentivo para que empreendedores latentes da comunidade se revelassem a partir da exploração dessas atividades", diz Sergio Ferreira, do IPP.

O antigo pescador e músico David Vieira Bispo, morador do Chapéu Mangueira, no Leme, é um dos beneficiados por essa mudança. Popular na região, Bispo tem levado o nome da comunidade para outras regiões do país e também para o exterior. Há cerca de dois anos e meio decidiu abrir um bar batizado com seu nome. "Fomos o primeiro boteco de morro a concorrer a prêmios de gastronomia", conta orgulhoso, já que seus petiscos foram premiados em duas edições seguidas. "Hoje, me reconheço como empreendedor. O Bar do David gera empregos, inclusive indiretos. A favela deixou de ser o patinho feio da cidade. As pessoas sentem que esse é um espaço reconquistado pela sociedade."

Também moradora da favela Chapéu Mangueira, a paraibana Regina Tchelly trabalhava como doméstica e cozinheira e há um ano investe em seu próprio projeto, o Buffet Favela Orgânica. Com a orientação do Sebrae, busca inovar na gastronomia a partir do bom aproveitamento dos alimentos, inclusive utilizando as partes usualmente descartadas. Além de ministrar oficinas como consumo e desperdício, gastronomia do aproveitamento total e de nutrição em várias comunidades, o bufê tem entre seus clientes empresas e universidades da cidade. O negócio funciona na casa de Regina, mas ela já traça novos planos.



David Vieira Bispo, do Bar do David, no Morro Chapéu Mangueira (Leme), tem seu trabalho reconhecido em concursos de gastronomia (foto: Divulgação CdBRJ)

"A longo prazo, pretendo ter espaço próprio para o Favela Orgânica em condições de produzir mais e poder atender melhor o crescimento da demanda. Também quero atuar junto a presídios, para contratar uma 'galera' que queira trabalhar com bufê alternativo."

Resistência

Apesar de os casos de empreendimentos em favelas inspirarem muitos moradores desses locais, nem todos buscam a formalização. Segundo o *Censo Favelas*,

O negócio funciona

Local	Alemão	Manguinhos	Rocinha
Na própria residência	37,1%	43,8%	12,6%
Em outro local	53,9%	51,4%	72,7%
Não informado	9,0%	4,8%	14,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Escolaridade do empresário

Escolaridade	Alemão	Manguinhos	Rocinha
Analfabeto	5,5%	5,1%	5,2%
1º Grau Incompleto	45,1%	55,7%	48,2%
1º Grau Completo	13,8%	11,5%	15,9%
2º Grau Incompleto	7,9%	8,9%	9,4%
2º Grau Completo	19,2%	13,0%	11,7%
Curso Técnico	0,3%	0,2%	0,3%
Superior Incompleto	1,6%	1,3%	0,8%
Superior Completo	2,2%	1,6%	1,1%
Pós-graduação	0,2%	0,2%	0,1%
Não informada	4,3%	2,5%	7,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Censo Favelas, da Secretaria de Estado da Casa Civil, via Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro (EGP-Rio) – 2008/2009.

feito pela Secretaria de Estado da Casa Civil por meio do EGP-Rio nas comunidades Rocinha, Complexo do Alemão e Manguinhos, entre 2008 e 2009, existiam 14.057 empreendedores ou empreendimentos nessas localidades, dos quais apenas 1.083 eram formais. A pesquisa mostra ainda que a maioria das pessoas não via a necessidade de legalizar seus negócios: 44,7% na Rocinha, e 35,4% no Complexo do Alemão.

A parceria do governo municipal com o Sebrae tem ajudado a aumentar a formalização, mas esse universo é ainda pequeno. "Temos hoje nas comunidades pacificadas cerca de 30 mil empreendimentos. Desses, 3,5 mil estão formalizados. É um número baixo, justamente porque a gente entende que a formalização vai ocorrer em um processo de mudança cultural, e não da noite para o dia", avalia Carla Teixeira, coordenadora de projetos de empreendedorismo do Sebrae/RJ em comunidades pacificadas.

"A favela é um ambiente extremamente informal. E a formalidade de um negócio tem a ver com a formalidade de um território", destaca a coordenadora do Sebrae ao lembrar que, até há pouco tempo, as regiões hoje com UPPs tinham serviços como água e luz obtidos de maneira informal, os conhecidos "gatos". "Quanto mais esses territórios forem se formalizando, mais a formalização do negócio vai ser importante."

"A favela é um ambiente extremamente informal. E a formalidade de um negócio tem a ver com a formalidade de um território"

Carla Teixeira

Sérgio Ferreira, do Instituto Pereira Passos, concorda. Para ele, a atuação do Estado e de seus parceiros é fundamental para que se tenha um ambiente formal. Mais que isso, ele acredita que as trocas comerciais entre empreendimentos nas comunidades, bem como esses e os demais da cidade e fora dela, devem incentivar a formalização. "Quando o empreendedor começar a atrair fornecedores mais exigentes, que solicitem notas fiscais, por exemplo, perceberá a importância de aderir à formalidade."

Há um ano, os governos municipal e federal instituíram o programa Rio Economia Solidária (Rio Ecosol) em quatro territórios: Complexo do Alemão e de Manguinhos, Cidade de Deus e Santa Marta (primeira comunidade a ser pacificada, em 2008). "Buscamos conhecer todo o tecido socioprodutivo da comunidade e, a partir disso, apoiar seu crescimento produtivo", explica o secretário Vinícius Assumpção.

Os resultados do programa mostram que na Cidade de Deus 57,9% dos empreendimentos não possuíam CNPJ; 81,8%, no Complexo do Alemão; 90,1%, em Manguinhos; e 72,6%, no Santa Marta. "Percebemos que há uma espécie de avalanche nessas comunidades pacificadas, pois todo mundo quer ser empreendedor. Então fizemos uma aliança com o Sebrae para formalizar uma série de empreendimentos", diz Assumpção. E completa: "Nosso objetivo é passar conceitos básicos de coletividade, mostrar uma nova forma de produção para que os negócios possam ser sustentáveis. Sabemos que incutir esses conceitos é difícil, especialmente em localidades com pouca informação, por isso criamos redes". As redes a que o secretário se refere são grupos de comerciantes locais que se unem, por exemplo, para fazer compras de matérias-primas ou para vender seus produtos de forma coletiva.

Na Cidade de Deus, foi criado o primeiro polo gastronômico em favelas, já com essa visão. Lá também teve origem o primeiro banco comunitário, com moeda social aceita em cerca de 200 dos 800 estabelecimentos comerciais da localidade.

Contudo, é sabido que nem todos os moradores de comunidades se transformarão em donos de seus negócios. Ainda existirão pessoas que venderão refrigerantes e água nas janelas de suas casas e que terão como público-alvo os próprios moradores. "Existem diferentes tipos de mercado dentro das comunidades. As biroscas, que vendem coisas para o dia a dia da comunidade, essas têm sido prejudicadas porque o público que movimenta o dinheiro lá dentro mudou", destaca Sabrina Ost, mestre em Administração Pública pela FGV e autora do trabalho *O mercado sobe a favela: um estudo sobre o Santa Marta*

Ramo da atividade da empresa

Atividade	Alemão	Manguinhos	Rocinha
Indústria	5,3%	8,1%	2,1%
Comércio	49,3%	22,9%	28,2%
Serviços	45,3%	53,5%	69,7%
Não informada	0,1%	15,5%	0,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Censo Favelas, da Secretaria de Estado da Casa Civil, via Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro (EGP-Rio) – 2008/2009.

pós-UPP. Já Ferreira, do IPP, acredita que os pequenos mercados e biroscas ainda serão a maioria dos comércios dentro das comunidades. Mas se essas pessoas estiverem nas rotas turísticas, a tendência é que sejam retiradas dali por comerciantes com mais visão, admite.

Formalidade e segurança

A importância de se ampliar a formalização desses territórios não está apenas em fomentar a economia, mas colaborar para o avanço da política de segurança. "Nesse sentido, a pacificação é muito bem-sucedida. Mas, para resolver os outros problemas da favela, são necessárias novas ações", avalia Carla Teixeira, do Sebrae.

Para Sérgio Ferreira, do IPP, junto com a política de segurança, é necessário que o Estado e suas parcerias reduzam custos para a adesão a normas por parte dos empreendedores. A não observância dessa orientação, alerta, pode levar à criação de mercados sem regras definidas. "Se o Estado se omitir, deixar de fazer esse esforço, podem surgir, nesses territórios, lugares onde tudo é permitido. Com isso, quem passaria a definir o que é ou não legal seria o agente privado, ou, o que é mais grave, agentes públicos exercendo uma função privada. Estamos falando aqui de corrupção, de pessoas assumindo poderes para desempenhar a função de protetor desses negócios, quando essa é uma prerrogativa do poder público", afirma, acrescentando que a Prefeitura conta hoje com o programa UPP Social para mobilizar e articular políticas e serviços municipais nas áreas pacificadas, a fim de consolidar os avanços obtidos no período pós-UPPs.

Reflexo imobiliário

O mercado imobiliário da cidade também sofreu impactos positivos com a instalação de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) em 28 favelas do Rio de Janeiro. O levantamento *Crime, preços de imóveis e desigualdade: o efeito das UPPs no Rio de Janeiro* feito por Benjamin Mandell, economista do Federal Reserve Bank de Nova Iorque, e Claudio Frischtak, presidente da Inter.B — Consultoria Internacional de Negócios, mostra um aumento dos preços dos imóveis, sobretudo daqueles mais próximos das unidades policiais. "Acreditamos que as UPPs contribuíram com mais ou menos 15% do crescimento médio dos preços, desde 2008. Claro que outras coisas, como a queda na taxa de juros, elevação do crédito e do nível de renda, além de mudanças institucionais, também foram importantes na movimentação desse mercado, mas as UPPs revelaram-se fundamentais", destaca Mandell.

A pesquisa indica que a instalação das UPPs contribuiu para reduzir a desigualdade de preços de imóveis na cidade. Mesmo entre os situados na mesma área, os mais baratos se colocaram acima da média em termos de preços. Outra conclusão do estudo é que as UPPs têm sido bem recebidas pela população. "Quando olhamos os efeitos das UPPs nos preços de imóveis ao longo do tempo, observamos uma leve tendência de alta. Isso pode ser um indicador de que a política de segurança ganha maior credibilidade com o passar do tempo", diz o economista norte-americano.

O lado negativo desse aumento no preço dos imóveis e do próprio crescimento das economias locais seria o que os pesquisadores chamam de "remoção branca", ou seja, a expulsão dos moradores pela alta do custo de vida. "Há muito temor de que a especulação imobiliária chegue ao ponto de tornar insuportáveis os custos de viver ali", ressalta Sônia Fleury, professora titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape/FGV) e coordenadora do Programa de Estudos sobre a Esfera Pública. (*K.I.*)



Em um ano, o ensino médio público fluminense subiu 11 posições, saindo do 26º lugar no ranking entre as 27 unidades da Federação para o 15º, em 2011 (Foto: Antonio Cruz/ABr)

Janelas de oportunidades

Thais Thimoteo, do Rio de Janeiro

Um estado com alto nível de desigualdade educacional e baixa oferta de mão de obra qualificada, mas que se esforça para mudar a situação. Pode-se dizer que a definição — baseada em estudo de Rodrigo Leandro de Moura extraído do livro *Rio de Janeiro: um estado em transição*, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas — serve para resumir o atual estágio da educação. O estado concentra sua qualidade educacional nas universidades públicas e cursos de pós-graduação privados, enquanto os ensinos fundamental e médio, principalmente da rede pública, deixam, e muito, a desejar. "Essa disparidade gera um cenário muito distorcido em relação à oferta de trabalhadores no Rio", ressalta Moura, também pesquisador da área de Economia do IBRE/FGV. Entretanto, o momento para avanços não poderia ser mais oportuno: com a economia nacional aquecida, o setor petrolífero com perspectivas de larga produção e faltando pouco tempo para o Mundial de Futebol, em 2014, e para sediar as Olimpíadas, em 2016, o estado se beneficia da expansão dos investimentos e, em consequência disso, de maiores oportunidades de emprego. Mas o que pode ser uma maré de sorte também pode se tornar um grande desafio, especialmente quando se trata de educação pública, que precisa transpor inúmeras dificuldades para se tornar "de primeiro mundo", conforme os planos traçados pela Secretaria de Educação para os próximos 11 anos.

O trabalho será, no mínimo, árduo, já que mesmo com uma boa melhora em comparação a 2009, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Rio de Janeiro, em 2011, está bem aquém dos seis

pontos estabelecidos como padrão pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), do Ministério da Educação, que tem seus índices baseados nas médias dos indicadores educacionais de países ricos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Considerando escolas públicas e particulares do estado, a média do Ideb dos quatro últimos anos do ensino fundamental (do sexto ao nono anos) saiu de 3,8 pontos, em 2009, para 4,2, em 2011. Já o ensino médio, que segundo Moura é o calcanhar de aquiles da educação no Rio, passou de 3,3 para 3,7 pontos, a mesma média atingida no Brasil. Foi o próprio ensino médio fluminense, mas dessa vez destacando apenas o público, que em 2009 ocupou a segunda pior posição do país, atrás apenas do Piauí. A média de 2,8 pontos atingidos foi a mesma que em 2007.

Obstáculo

"O ensino médio é um gargalo para o Rio, porque se o número de concluintes não aumentar pode se transformar em um entrave para aumentar a taxa de matrícula do ensino superior. A qualidade do ensino nesse ciclo também é outro sério empecilho. Provavelmente essa qualidade baixa é quase toda explicada pelo ensino público porque é nele que está a grande massa de estudantes", diz Moura. Para Simon Schwartzman, pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) e ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a situação, tanto no município do Rio quanto no estado, continua sendo muito ruim, semelhante até aos estados menos desenvolvidos do país. "Se olharmos os indicadores do estado do Rio nos últimos anos, observamos que os resultados são mais parecidos com os estados mais pobres do Brasil localizados, em sua maioria, no Nordeste, do que com aqueles mais avançados como os do Centro-Sul. Isso, apesar do Rio ser relativamente próspero para o país", salienta.

"O ensino médio é um gargalo para o Rio, porque se o número de concluintes não aumentar pode se transformar em um entrave para aumentar a taxa de matrícula do ensino superior"

Rodrigo Leandro de Moura

Apesar disso, houve avanços. Em um ano, o ensino médio público fluminense subiu 11 posições, saindo do 26º lugar no *ranking* entre as 27 unidades da Federação para o 15º, em 2011. Contudo, Wilson Risolia, secretário de Educação do estado do Rio de Janeiro desde 2010, planeja voos mais altos. "Numa perspectiva de 11 anos, nossa meta é atingir um Ideb finlandês, acima de 7 pontos", adianta Risolia. Na opinião de Schwartzman, Risolia encontra um quadro muito viciado de hábitos e comportamentos, uma educação, segundo ele, completamente desorganizada e caótica, com escolas mal planejadas, indicações políticas para cargos de liderança e um sistema de controle escolar deficitário. "Para evidenciar a desorganização, a Secretaria não sabia nem quantos professores tinha em seu quadro. Na verdade, ninguém estava muito preocupado em lidar com os problemas da educação do Rio e do Brasil, que inclusive são bastante complicados. Mas isso tem mudado", enfatiza o pesquisador, concordando com as recentes ações implantadas pelo secretário.

Pelo menos o traçado para se chegar ao resultado audacioso almejado pela Secretaria de Educação já está sendo definido. Entre as principais ações do planejamento estratégico, a implantação de um currículo mínimo para todas as matérias do sexto ao nono anos do fundamental e para todo o ensino médio, avaliações escolares periódicas pelo Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (Saerj), aulas de reforço escolar com o objetivo de nivelar alunos repetentes e, assim, estimulá-los, premiação salarial às melhores equipes de docentes, qualificação de professores, criação de escolas com novos conceitos, incluindo horário integral e parcerias com a iniciativa priva-

da — a chamada Dupla Escola — e, por último, a substituição por técnicos de diretores indicados por razões políticas.

"Acabou aquela influência política que existia nas direções das escolas. Foram substituídas 850 pessoas, entre diretores e diretores adjuntos. Essa foi uma ação considerada cirúrgica, mas que está doendo até hoje porque ainda há muita relutância e interesses intrínsecos, mas não vamos recuar um milímetro", salienta Risolia. Colocar dentro das escolas gestores comprometidos com a melhora do aprendizado dos alunos e não apenas focados na própria carreira é ponto comum discutido entre os especialistas. Naércio Menezes, professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) é um dos que defendem esse tipo de ação, mas ele também salienta que é preciso vigilância constante e continuidade. "O que não pode haver é a troca de uma política bem-sucedida junto com a troca do secretário. Para bons resultados na educação fluminense é primordial uma gestão mais técnica, baseada em números e em avaliações que mostrem as deficiências", ressalta Menezes.

"Acabou aquela influência política que existia nas direções das escolas. Foram substituídas 850 pessoas, entre diretores e diretores adjuntos"

Wilson Risolia

Mas a verdade é que de nada adianta uma boa direção, se a escola não tiver alunos motivados a estudar. Hoje, o desestímulo a aprender, que leva o Rio de Janeiro a registrar taxas de abandono escolar no ensino médio (12,8%) superiores às do Sudeste (7,1%) e do próprio Brasil (10,3%), de acordo com dados do Inep/MEC de 2010, atinge principalmente os jovens. Porém, a origem do problema, na opinião de especialistas, remete aos primeiros anos da educação básica. "Acho que a evasão entre os jovens é um entrave difícil de ser resolvido. Tem que começar a focar nos anos iniciais. Um problema comum do nosso ensino médio é que ele é muito engessado, geralista. Há muitas matérias no currículo e os nossos legisladores continuam inserindo mais conteúdo. O aluno aprende coisas que muitas vezes não lhe interessa. Alguns querem ensinamentos mais práticos, com um viés profissional, outros mais teóricos, que preparem para a universidade. Vemos isso em vários outros países, só aqui que não", declara Menezes. Schwartzman compartilha a ideia: "Temos um modelo único de organização do ensino médio e em cima dele o governo criou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que exige que todo mundo aprenda tudo para passar na prova e ingressar na faculdade. Esse tipo de formato e a pressão em cima de uma juventude que teve uma educação ruim até ali e que em muitos casos não tem muita perspectiva de fazer um curso superior, devido às condições financeiras de suas famílias, fazem com que muitos abandonem a escola", lembra.

Profissionalização

Para aqueles que optam por seguir em frente e continuar estudando, boas notícias. O estado do Rio vem passando por um proveitoso momento econômico já que tem recebido e deve receber nos próximos anos um grande volume de investimentos, especialmente nos setores de infraestrutura e petróleo e gás, via Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp). De acordo com estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), divulgado em 2011, o estado receberá até 2013 investimentos públicos e privados de R$ 181,4 bilhões. Com esse cenário, a pressão dos empresários por mão de obra técnica e qualificada tem sido intensa. Allain Fonseca, coordenador de Projetos Educacionais do Senai do Rio de Janeiro, afirma que essa política desenvolvimentista tem expandido a abertura de postos de trabalho com reflexo no aumento da oferta de educação profissional. "Também percebemos uma diminuição da informalidade, outro ponto-chave

para maior procura de cursos profissionalizantes", salienta. "São inúmeros investimentos anunciados para o estado, graças ao estabelecimento de novas empresas como a Nissan e as do Grupo X, no Porto do Açu, além de outras relacionadas aos eventos esportivos internacionais", diz o coordenador, lembrando ainda da parceria realizada entre o sistema Firjan e o Prominp, do governo federal. "Não estamos falando apenas da indústria de petróleo e gás, mas de uma ampla gama de atividades que possui um grande efeito multiplicador na economia, favorecendo outros segmentos. Além da extração, o petróleo movimenta a indústria de máquinas e equipamentos e vários outros setores."

A expectativa é que até 2014 o Senai Nacional forme quatro milhões de profissionais — em 2012, somente no estado do Rio foram atendidos 150 mil alunos. Porém, para que mais pessoas sejam aproveitadas no mercado de trabalho é preciso, primeiro, voltar as atenções para as deficiências que a própria escola cria e que quem percebe são os empresários, na hora de contratar mão de obra. Segundo pesquisa da Firjan, são dois os principais entraves. O primeiro é a valorização da experiência prévia que, segundo Fonseca, gera dificuldade ao jovem para ingressar no mercado de trabalho. "É assim no mundo inteiro. Para tentar solucionar esse problema, incentivamos a prática de estágio durante os cursos. A legislação já favorece, pois em qualquer modalidade de formação profissional é possível que o aluno possa exercer a função de estagiário", afirma.

Outra ação que visa supri r a carência de experiência é o investimento em tecnologia educacional por meio da utilização de simuladores de aprendizagem utilizando a realidade aumentada, 3D, lousas virtuais e compartilhamento de conhecimento nas redes sociais. Já o segundo tópico, conforme lembra o coordenador, tem relação com a falta de preparo da pessoa ao ingressar no mercado de trabalho. Muitas chegam a ser quase analfabetos funcionais. Sabem ler, mas não entendem o que leem e ainda não conseguem desenvolver o raciocínio lógico. A origem dessa carência está, novamente, lá na base da pirâmide, ou seja, no ensino básico. "A gente já passou da era do Charles Chaplin, o chamado 'tempos modernos' em que o lema era apertar parafuso. Hoje, os quadros de funcionários nas empresas são cada vez menores. Elas exigem dos profissionais requisitos considerados básicos, trazidos pelas novas tecnologias. Requisitos esses que são muito mais amplos em termos de conhecimento e interpretação de linguagem", afirma Fonseca. Para tentar minimizar o prejuízo educacional trazido da infância e adolescência, a saída é associar ao conhecimento técnico ministrado nas aulas de formação profissional lições que o aluno já deveria ter aprendido anteriormente. "Ele aprende de forma concomitante ao ensinamento técnico. Isso, dependendo, é claro, da especificidade de cada curso. Não adianta se aprofundar em determinados aspectos da matemática, por exemplo, ou em algo que o aluno não irá usar na prática", enfatiza Fonseca.

"Temos um modelo único de organização do ensino médio e em cima dele o governo criou o Enem que exige que todo mundo aprenda tudo para passar na prova e ingressar na faculdade"

Simon Schwartzman

Mas se as empresas sentem falta de mão de obra preparada, as instituições profissionalizantes também sofrem com a carência de professores especializados em áreas aquecidas no mercado como a de petróleo e gás, infraestrutura e a chamada economia criativa que engloba design, audiovisual e informação. "Nessas áreas temos dificuldade de contratação, porque existe forte competição no mercado por esses profissionais. Tradicionalmente, na educação, o patamar de remuneração é menor do que o setor produtivo, então a gente acaba disputando o profissional que nós mesmos formamos", conclui o coordenador.


100
FEDERAL RESERVE NOTE
HB 67862465 F
B2
UNITED STATES
FEDERAL RESERVE SYSTEM
THIS NOTE IS LEGAL TENDER
FOR ALL DEBTS, PUBLIC AND PRIVATE
Anna Escobedo Cabral
Treasurer of the United States.
G1
SERIES
2006
100
FRANKLIN



ENTENDA O QUE A ECONOMIA TEM A DIZER.

CONJUNTURA ECONÔMICA

FGV IBRE

agência3

Dessa vez é diferente?

Fernando de Holanda Barbosa

O título deste artigo foi tomado emprestado do livro, sucesso de vendas, de autoria de Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff [(2009). *This time is different*, Eight Centuries of Financial Folly, Princeton University Press]. Ambos os economistas são atualmente professores da Universidade de Harvard. O livro trata de crises financeiras: da dívida pública, da hiperinflação, da dívida externa e do sistema bancário. O jornalista Martin Wolf, do *Financial Times*, afirma que esse livro é uma obra-prima. Eu não concordo com essa opinião, mas recomendo-o como leitura obrigatória para todos aqueles que estejam interessados nesses temas.

O livro analisa dados que abrangem países de todos os continentes, e em alguns casos remontam ao século 12. A ideia mais importante do livro está no próprio título: *Dessa vez é diferente*. Muitos analistas acreditam que a crise que estão analisando é diferente das demais, sem perceberem que os personagens e a época são diferentes, mas a essência da crise é a mesma. Os autores denominam essa doença da síndrome dessa vez é diferente.

O crescimento do produto interno bruto, da economia brasileira, no terceiro trimestre de 2012, de 0,6%, surpreendeu todo mundo, e passou a ser chamado pejorativamente de "pibinho". Os economistas entraram em campo para desvendar esse mistério. Correndo o perigo de não ser exaustivo, existem três correntes, que procuram interpretar esse número.

O primeiro alega que o crescimento econômico baseado no consumo está esgotado e que o governo deveria cuidar do lado da oferta, aumentando a taxa de poupança doméstica, a taxa de investimento, melhorando a infraestrutura e a qualidade da educação.

O segundo grupo atribui este número pífio ao choque negativo da gestão econômica da presidente Dilma. O choque negativo seria devido ao estilo discricionário da política econômica, que estaria gerando grande incerteza nos agentes econômicos e induzindo os empresários a postergar suas decisões de investimento. A revista inglesa *The Economist* defendendo essa posição recomendou a demissão do ministro Guido Mantega, que simbolizaria o estilo discricionário da política econômica. A reação do governo demonstrou um pouco de xenofobia, como é usual em nosso país.

O terceiro grupo de economistas saiu a campo defendendo a política econômica da presidente Dilma, argumentando que esse dado é um ponto fora da curva, que a política econômica vai muito bem obrigada e que os resultados estão no forno. Basta ter paciência e esperar que o Brasil retorne à trilha do crescimento sustentado, pelo menos com a mesma média do presidente Lula (4,0% ao ano). Será que esses economistas não estão com a síndrome dessa vez é diferente?

A política monetária desde 2010 teve duas fases. A taxa de juros Selic aumentou de abril de 2010 até julho de 2011. Em agosto de 2011 a taxa começou a diminuir

e desde outubro de 2012 está no seu nível mais baixo (7,25% ao ano). Era de se esperar que no terceiro trimestre de 2012 a política monetária expansionista, iniciada em agosto de 2011, já estivesse fazendo seus efeitos. O superávit primário não aumentou desde 2011. Logo, as políticas monetária e fiscal não explicariam o que aconteceu com o fraco desempenho da economia.

Chamar o crescimento brasileiro dos últimos anos de modelo de consumo é um exagero, pois o crescimento do crédito, de bens de consumo e de crédito imobiliário, resultou da estabilização exitosa do Plano Real. Obviamente que no início a relação crédito/PIB cresce, para depois atingir seu patamar de equilíbrio. Já a nossa infraestrutura está em situação de penúria e é preciso deixar a ideologia de lado e ser pragmático para induzir o setor privado a fazer aquilo para que o governo não tem recursos. O governo não deve cair na tentação da síndrome dessa vez é diferente, mas sim levar em conta a informação do fraco desempenho da economia brasileira no penúltimo trimestre de 2012 para corrigir seu plano de voo para 2013.

O governo deve levar em conta a informação do fraco desempenho da economia brasileira no penúltimo trimestre de 2012 para corrigir seu plano de voo para 2013

Fernando de Holanda Barbosa é professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV



CONJUNTURA ECONÔMICA

Assinaturas e renovações

conjunturaeconomica@fgv.br

Rio de Janeiro:
(21) 3799-6844

Outros estados:
08000-25-7788 (ligação gratuita)



Os serviços brasileiros no comércio mundial

Lia Valls Pereira

Na Carta do IBRE publicada na edição de dezembro de 2012 foi destacada a importância do setor de serviços (67% do PIB) para que seja assegurado o aumento do produto potencial brasileiro. O tempo em que o crescimento do setor era movido pela incorporação de novos trabalhadores estaria chegando ao fim com a queda na taxa de crescimento da população economicamente ativa. Logo, o aumento da produtividade passará a ser crucial para o dinamismo do setor.

O tema da produtividade dos serviços é também de extrema relevância para o desempenho das exportações brasileiras a partir de duas perspectivas. A primeira se refere aos efeitos indiretos nas mercadorias. Assim, uma oferta de serviços de baixa qualidade em logística e assistência técnica reduz a competitividade dos produtos brasileiros. Falta de políticas bem estruturadas de marketing (participação em feiras e exposições, por exemplo) inibe a presença dos produtos nacionais no comércio mundial. A segunda se refere às exportações de serviços.

Os últimos dados da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre transações internacionais de serviços são de 2011. A participação das exportações do Brasil nas comercializações mundiais foi de 0,9%, o que coloca o país em 31º lugar na lista dos principais exportadores. Na comparação com os outros BRICS, exceto a África do Sul, o Brasil tem o pior desempenho. A China está em 4º lugar (participação de 4,4%), a Índia em 8º (3,3%) e a Rússia em 22º (1,3%). No entanto, o Brasil tem melhorado a sua atuação ao longo dos últimos anos — em 2005, era de 0,6% (35º lugar). O que melhorou?

O comércio de serviços é dividido em três grupos. Em 2011, a estrutura da participação das exportações mundiais foi: transportes (21%), viagens (26%) e outros serviços comerciais (54%). Quanto ao Brasil: transportes (15%), viagens (17%) e outros serviços (68%). Nas listas dos 10 principais exportadores em cada grupo,

o país só aparece no grupo de outros serviços comerciais — está em 13º lugar e nesse grupo passou de 0,6% para 1,1% entre 2005 e 2011.

Indicadores

Para poder analisar de forma detalhada as exportações de "outros serviços comerciais" do Brasil é preciso consultar as séries divulgadas pelo Banco Central. Em 2011, foram registrados déficits nas contas: aluguel de equipamentos (o maior déficit, US$ 16,7 bilhões); seguros; computação e informações; royalties e licenças; e serviços pessoais, cultural e lazer. Foram superavitárias: serviços empresariais, profissionais e técnicos (maior superávit, US$ 20,7 bilhões); serviços financeiros; comunicações; e construções. Quando se destacam as receitas, a participação dos serviços empresariais nas exportações totais passou de 38% para 48%, entre 2005 e 2011. E, entre os itens que compõem essa conta, os aumentos de participação foram em honorários de profissionais liberais (2,8% para 8,2%); instalação de escritórios (12% para 17,4%); feiras e exposições (0,1% para 0,2%); publicidade (0,7% para 1,4%); e serviços implantação/instalação de projetos técnico-econômicos (0,1% para 1,2%). A maior participação que é do item projetos de engenharia caiu de 21% para 19% entre 2005 e 2011, mas registrou crescimento médio anual de 14%.

O aumento da participação dos outros serviços comerciais do Brasil nas exportações mundiais sugere melhora de competitividade. Nesse caso, se destacam segmentos do setor de engenharia/arquitetura, elaboração de projetos e serviços de profissionais liberais. São nichos de mercado importantes e que devem continuar a ser explorados. No entanto, ainda estamos longe do caminho trilhado pela Índia onde uma estratégia bem-sucedida no setor de informática e de serviços de informação conseguiu elevar a participação do país nas exportações de serviços de 1,2% para 3,3% entre os anos 2000 e 2011.

Não se advoga a escolha de setores "estratégicos" para a exportação de serviços. Apenas que é preeminente identificar os gargalos para a maior participação do Brasil nas exportações mundiais de serviços, além da questão de qualificação da mão de obra e educação. Comércio, serviços e logística integram o quinto bloco dos sistemas produtivos elegidos como prioridade no Plano Brasil Maior lançado pelo governo em 2011. O Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços (Siscoserv) entrou em operação em meados de 2012, o que deverá permitir melhora nas estatísticas. Os dados do Banco Central seguem a lógica macroeconômica do balanço de pagamentos e não da estrutura do comércio. Se for crucial aumentar a produtividade dos serviços para assegurar o crescimento econômico do Brasil, é igualmente bem-vindo que esse aumento se traduza na participação dos serviços brasileiros no comércio mundial.

Lia Valls Pereira é coordenadora do Centro de Estudos do Setor Externo do IBRE/FGV.

É preeminente identificar os gargalos para a maior participação do Brasil nas exportações mundiais de serviços, além da questão de qualificação da mão de obra e educação

Acordos com o Estado em vez de sanção

Sérgio Guerra

Recentemente, determinada concessionária de serviço público de telecomunicações deixou de ser multada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) por não cumprir um plano de investimentos e expansão de telefones públicos ("orelhões"). Em vez de ser sancionada pela Agência Reguladora, a concessionária propôs — e firmou — um acordo para que os usuários utilizassem os "orelhões" gratuitamente em determinado período.

Diante de um fato como este é comum indagar se, antes ou após a decisão administrativa, em que, por exemplo, houver sido imposta uma penalidade ao agente privado, seria possível celebrar algum acordo com a administração pública? E se a suspensão de uma sanção em troca de determinada obrigação seria legal?

No passado, a resposta seria negativa. Atualmente, podemos afirmar ser possível a celebração de um acordo e, até mesmo, desejável.

Uma decisão tomada por um agente estatal, representante de determinado órgão público, tem a natureza de ato administrativo. Em regra, esse ato é obrigatório (imperativo) e deve ser cumprido pelo particular. Começa a valer a partir da sua ciência, seja por meio de intimação pessoal, seja mediante publicação no órgão de imprensa oficial.

O não cumprimento espontâneo, voluntário, pelo particular, de uma imposição administrativa importa descumprimento de um ato decorrente do poder de polícia estatal. Enseja a aplicação das penalidades contidas nas normas legais e instrumentos contratuais com o Estado (ex.: concessão de serviço público).

O particular, regra geral, só não deve cumprir a decisão administrativa se obtiver uma decisão administrativa superior ou decisão judicial, de natureza cautelar, que lhe retire o efeito de imperatividade imediata.

Mudanças

Esse quadro, contudo, vem se alterando em diversos setores. A legislação atual, em situações variadas, permite aquilo que a doutrina denominada de "acordo substitutivo".

Exemplos dessa nova fase do direito público aparecem nos acordos firmados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), pelas agências reguladoras (como no caso citado, da Anatel), e, especialmente, na área ambiental.

Regra geral, não há um roteiro nem prestações predeterminadas acerca do que fazer em substituição às sanções. Esses acordos podem ser firmados por provocação do agente privado interessado ou, até mesmo, pela própria administração pública.

Devem estar presentes quando uma composição consensual for mais vantajosa ao interesse público do que a simples penalização (aplicação de sanção) pelo poder estatal.

Nesses casos, em que houver a possibilidade de ser firmado um acordo substitutivo, a sanção pode ser substituída por determinada prestação, desde que tal providência, na ponderação dos interesses envolvidos, resultar numa otimização do benefício geral em relação à restrição do direito do particular.

Na área ambiental é perfeitamente possível ser firmado um termo de compromisso entre o agente estatal competente (federal, estadual ou municipal) e o interessado.

No caso específico da área ambiental, o rito procedimental para a realização do acordo substitutivo está previsto na Lei nº 9.605/98. Essa lei dispõe que os órgãos ambientais ficam autorizados a celebrar, com força de título executivo extrajudicial, termo de compromisso com pessoas físicas ou jurídicas.

Esses termos podem alcançar agentes responsáveis pela construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores. O termo de compromisso ambiental destina-se, exclusivamente, a permitir que pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas, possam promover as necessárias correções de suas atividades, para o atendimento das exigências impostas pelas autoridades ambientais competentes.

Seja na área ambiental ou não, os acordos substitutivos devem ser firmados por prazos determinados. Esse prazo de vigência, em função da complexidade das obrigações nele fixadas, poderá variar, até mesmo com a possibilidade de prorrogação.

Contudo, é fundamental conter a descrição detalhada de seu objeto, o valor dos investimentos, se houver, e cronograma físico de execução e de implantação, com as metas a serem atingidas.

Na área ambiental é perfeitamente possível ser firmado um termo de compromisso entre o agente estatal competente (federal, estadual ou municipal) e o interessado

Não havendo cumprimento, total ou parcial, do acordo substitutivo, deverão ser aplicadas as sanções, inclusive a execução de eventuais multas aplicadas antes da protocolização do requerimento.

Conclusivamente, e ainda que as tendências do direito administrativo vejam nesses termos de compromisso um avanço para a consensualidade entre agentes públicos e privados, os acordos substitutivos não podem ser banalizados. Utilizados de forma equivocada, podem se transformar em instrumentos de arbítrio, negociação com fins político-partidários, ou, até mesmo, servirem para dar certa aparência de legalidade às práticas de corrupção.

Para que tenham legitimidade, os acordos substitutivos devem ser motivados com profundidade, em detalhes que sejam compreensíveis para perfeito acompanhamento e controle pelas instituições estatais responsáveis (Ministério Público, Tribunal de Contas e Poder Judiciário), bem como pelo controle social via imprensa, associações, sindicatos etc.

Sérgio Guerra é Pós-Doutor em Administração Pública (FGV/Ebape) e Professor Titular de Direito Administrativo (FGV Direito Rio).

Janeiro/Dezembro de 2012

(o primeiro número representa o mês e o segundo, a página)

A

ADMINISTRAÇÃO — Jogos vorazes (Kalinka Iaquinto), 12-42.

AGRICULTURA — China e Brasil: complementaridade no comércio e vantagens recíprocas (Ignez Lopes, Mauro de Rezende Lopes e Carlos Marmello), 8-40.

B

BOLETIM MACRO IBRE — Todo cuidado é pouco (Cláudio Accioli), 1-38; O calvário da indústria (Cláudio Accioli), 3-34; Dose repetida (Cláudio Accioli), 6-40; Visão turva (Cláudio Accioli), 9-36; e Faz de conta (Cláudio Accioli), 10-42.

C

CARTA DO IBRE — O momento é oportuno para o Fundo de Pensão dos Servidores Públicos, 1-6; Há uma queda no produto potencial da economia brasileira, 2-6; Muitas incertezas rondam o futuro da economia europeia, 3-6; Modelo não ajuda a indústria, mas é possível fazer alguma coisa, 4-6; Câmbio, indústria e crescimento: o que diz a literatura e o que importa para o Brasil, 5-6; Grécia e euro: dilemas, reflexões e perspectivas, 6-6; É preciso resistir à tentação do microgerenciamento, 7-6; Como explicar a aparente contradição: atividade em baixa e mercado de trabalho aquecido, 8-6; O que esperar da trajetória dos juros reais no Brasil, 9-6; O dilema: câmbio desvalorizado ou juros reais reduzidos, 10-8; Não há sinais claros de crescimento vigoroso em 2013, 11-6; e Os serviços como entrave ao crescimento do PIB, 12-6.

COMÉRCIO EXTERIOR — A reinvenção da ZPE (Kalinka Iaquinto), 6-52; e Crônica de uma saída anunciada (Renato G. Flôres Jr.), 6-58; Impressões quase sustentáveis (Renato G. Flôres Jr.), 7-48; 2.121.400.000 consumidores (Renato G. Flôres Jr.), 8-44; Comércio Brasil e EUA: novos rumos? (Lia Valls Pereira), 9-44; Dubai, dezembro de 2012 (Renato G. Flôres Jr.), 9-48; O efeito China nas exportações brasileiras na América do Sul (Lia Valls Pereira), 10-44; e Manufaturados: a visão paleolítica (Renato G. Flôres Jr.), 12-48.

D

DEMOGRAFIA — O que será do amanhã? (Solange Monteiro), 6-50.

E

ENTREVISTA — Garibaldi Alves Filho, ministro da Previdência: "Previdência, uma tragédia anunciada", (Kalinka Iaquinto), 1-12; Alberto Fishlow, economista: "O governo deve poupar, ao







invés de só gastar" (Cláudio Accioli), 2-12; Adib Jatene, ex-ministro da Saúde: "Precisamos ajudar a resolver" (Kalinka Iaquinto), 3-12; Ozires Silva, ex-ministro da Infraestrutura: "Temos que superar os asiáticos" (Cláudio Accioli), 4-12; Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda: "Brasil, potência ambiental" (Kalinka Iaquinto), 5-12; Israel Klabim, presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável: "Alerta sustentável" (Kalinka Iaquinto), 6-14; Henrique Meirelles, presidente do Conselho de Administração da J&F: "Não voltaremos à fase de crises" (Cláudio Accioli), 7-12; Arminio Fraga, sócio-fundador da Gávea Investimentos: "Juros devem cair ainda mais no Brasil" (Cláudio Accioli), 8-12; Luiz Werneck Vianna, sociólogo: "Não crescer significa entrar em um caldeirão infernal" (Solange Monteiro), 9-12; Paulo Sérgio Passos, ministro dos Transportes: "Aceleração nos transportes" (Kalinka Iaquinto), 10-14; Clodoaldo Hugueney, embaixador do Brasil na China: "China abre os olhos" (Solange Monteiro), 11-12; e Edmar Bacha, economista: "Estamos fechando o país ao mundo" (Cláudio Accioli), 12-12.

ESPECIAL/Água — Remada lenta (Solange Monteiro), 5-30; Com água na bica, mas sem esgoto (Thais Thimoteo), 5-37; e Oceano de oportunidades (Kalinka Iaquinto), 5-40.

ESPECIAL/América Latina — América Latina posta à prova (Solange Monteiro), 7-26; Brasil: a batalha do crescimento (Cláudio Accioli), 7-37; Pedras no meio do caminho (Kalinka Iaquinto), 7-40; e As similaridades dos países latinos (Lia Valls Pereira), 7-44;

ESPECIAL/Conteúdo Nacional — Made in Brazil (Cláudio Accioli), 4-18; Estratégia da Defesa, 4-21; Air bag fiscal, 4-24; Programa reservado, 4-29; O legado da informática, 4-30; Mares já navegados, 4-33; Desafios do setor petrolífero, 4-36; e Competitivas na origem, 4-40.

ESPECIAL/Desempenho Econômico — As dores do crescimento (Cláudio Accioli), 2-16; e Educação: sem bala na agulha (Thais Thimoteo), 2-24.

ESPECIAL/Energia — Sob luz amarela (Cláudio Accioli e Solange Monteiro), 6-22; e Energia que se sustenta (Thais Thimoteo), 6-36.

ESPECIAL/Infraestrutura — Mudança de hábito (Solange Monteiro e Cláudio Accioli), 10-20; Planejar é preciso (Kalinka Iaquinto), 10-26; Desligado da tomada (Cláudio Accioli), 10-30; e Poluição já vem de fábrica (Thais Thimoteo), 10-32.

ESPECIAL/Investimentos — Nó cego (Kalinka Iaquinto e Solange Monteiro), 8-18; PAC não desata, 8-23; Unir as cordas, 8-25; Tecendo a rede de gestão, 8-27; e Burocracia no caminho (Thais Thimoteo), 8-29.

ESPECIAL/Mercado de trabalho — O enigma do emprego (Solange Monteiro e Cláudio Accioli), 9-18; Cresce e aparece, 9-22; A serviço da mão de obra (Thais Thimoteo), 9-28; e Novos empregos beneficiam os jovens (Rodrigo Leandro de Moura), 9-29.

ESPECIAL/Perspectivas — 2013: a sorte está lançada (Solange Monteiro e Cláudio Accioli), 12-24; Indústria: ano para não esquecer, 12-31; Energia: incerteza no horizonte, 12-32; Agricultura: pressão logística, 12-33; Comércio e serviços: sem turbulência, 12-34; e Construção civil: dois ritmos, 12-35.







ESPECIAL/Previdência — Conflito entre as visões social e econômica (Kalinka Iaquinto), 1-18;
ESPECIAL/Saúde — Em busca de tratamento (Kalinka Iaquinto), 3-18; Muito aquém do futuro (Cláudio Accioli), 3-24; Melhor prevenir (Thais Thimoteo), 3-28; e Para poucos (Solange Monteiro), 3-32.
ESPECIAL/65 ANOS — Páginas da história (Luiz Guilherme Schymura, diretor do IBRE e editor-chefe de *Conjuntura Econômica*), 11-25; Política monetária: na gangorra dos juros, 11-26; Política fiscal: sem mágica, 11-28; Inflação: melhorou muito, mas pode melhorar mais, 11-30; Indústria: de volta para o futuro, 11-32; Agricultura: expectativas futuras, 11-34; Trabalho: mãos à obra, 11-36; Educação: ao alcance de todos, 11-38; Social: mudanças na Belíndia, 11-40; Política nacional: no caminho certo, 11-42; Justiça: poder em ascensão, 11-44; Comércio exterior: diversificar para competir, 11-46; e Cenário externo: efeito marola, 11-48.

H

HOMENAGEM 70 ANOS — Erros recorrentes (Solange Monteiro), 12-36.

I

ÍNDICE REMISSIVO — Relação das reportagens, entrevistas, artigos e opiniões publicadas na revista de janeiro a dezembro de 2011, 1-62.
INTERNACIONAL — Argentina impõe novas barreiras às importações brasileiras (Marcia Carmo), 2-26. Chile: risco doméstico (Solange Monteiro), 2-34; Representatividade em jogo, 2-40; e Ricardo Lagos Weber; "O Itamaraty não gosta de nossa política de integração", 2-42; Peru: ritmos desiguais (Solange Monteiro), 3-40; À sombra de Evita (Marcia Carmo), 5-44; As polêmicas medidas de Cristina, 5-49; e Falência do Mercosul (Lia Valls Pereira), 5-50; O México se reinventa (Solange Monteiro), 5-54; Contra o imperialismo, 5-58; Desafios semelhantes, 5-60; e BRICS em marcha (Renato G. Flôres), 5-61.

J

JUSTIÇA — Dificuldades na regulação dos transportes coletivos (Patrício Sampaio, Joísa Campanher Dutra e Antônio José Maristrello Porto), 3-46; A China e a economia dos direitos civilizatórios (Joaquim Falcão, com colaboração de Adriana Lancombe Coiro), 5-62; Abusos na normatização regulatória (Sérgio Guerra), 6-60); e Por que agências reguladoras? (Sérgio Guerra), 8-46.

L

LIVRO — Um Rio de mudanças (Cláudio Accioli), 12-44.

M

MACROECONOMIA — Brasil 2012 (Fernando de Holanda Barbosa), 1-40; Crescimento e instituições: o Brasil anda, mas não acelera (Fernando de Holanda Barbosa), 2-40; Sonho de uma noite de verão (Alberto Furuguem), 2-46; Rendimento da poupança: nominal x real (Fernando de Holanda Barbosa), 3-38; A divisão de tarefas (Fernando de Holanda Barbosa), 4-56; Predomínio do crescimento (Alberto Furuguem), 4-58; Uma conta que não fecha (Cláudio Accioli), 5-18; José Júlio Senna: "Poupança com juros fixos era aberração" (Cláudio Accioli), 5-24; Por







que as nações fracassam? (Fernando de Holanda Barbosa), 5-28; Ciclo x crescimento (Fernando de Holanda Barbosa), 6-44; Metas tributárias, uma sugestão para Dilma Rousseff (Alberto Furuguem), 6-46; Mercado emergente: títulos corporativos de longo prazo, (Cláudio Accioli), 7-18; Austeridade *versus* crescimento (Fernando de Holanda Barbosa), 7-24; A banda cambial do Banco Central (Fernando de Holanda Barbosa), 8-34; Zona do euro; consolidação ou implosão (Alberto Furuguem), 8-36; Dinheiro público na gestão privada (entrevista do economista Rogério Werneck a Cláudio Accioli), 9-30; Dilemas falsos e verdadeiros do crescimento econômico (Fernando de Holanda Barbosa), 9-34; A política monetária do Fed (Fernando de Holanda Barbosa), 10-36; Euro: começo de solução (Alberto Furuguem), 10-40; Economia em marcha lenta (Fernando de Holanda Barbosa), 11-18; Regime cambial brasileiro: discurso *versus* prática (Fernando de Holanda Barbosa), 12-18; e Cenários para 2013 (Alberto Furuguem), 12-20.

MEMÓRIA/65 ANOS — Da crise à recessão (entrevista do professor Julian Chacel a Bertholdo de Castro), 11-20.

N

NOTA DO EDITOR — 1-5, 2-5, 3-7, 4-7, 5-5, 6-5, 7-5, 8-5, 9-5, 10-7, 11-5 e 12-5 (Claudio Conceição).

P

POLÍTICA FISCAL — Os dilemas do governo Dilma (Solange Monteiro), 1-24; Dança das cadeiras, 1-32; Inconsistências do modelo, 1-33; e Devo, não nego?, 1-34.

PONTO DE VISTA — Novos cientistas políticos no modelo brasileiro, 1-10; A engenhosa bicicleta de Mario Draghi, 2-10; Não penalizem a LTF, ela é inocente, 3-10; Baixo crescimento, popularidade e as escolhas latino-americanas, 4-10; Por que o desempenho ruim da renda média sumiu do mapa? (coordenação de Samuel Pessôa), 5-10; É hora de festejar a queda dos juros reais? Provavelmente não, 6-10; O enigmático Target2 não é culpado pelos desequilíbrios na zona do euro, 7-10; Já não parece haver dúvida: BC acertou em agosto de 2011, 8-10; A velha demanda aquecida volta à cena, após estranha calmaria, 9-10; Porque o julgamento do mensalão vai além da condenação dos réus, 10-12; Urgência e atalhos: como o Brasil resolve os problemas mais prementes, 11-10; e Os riscos que os atalhos podem trazer, 12-10.

S

SEMINÁRIO — A terra prometida (Thais Thimoteo), 4-44; Inovação tecnológica a serviço do Brasil, 4-53; e A hora e a vez da América Latina, 4-55; e Continente revisto (Solange Monteiro), 9-38.

SOCIAL — Primeiros impactos do novo federalismo social (Marcelo Neri), 1-42; Felicidade futura feminina (Marcelo Neri), 4-62.

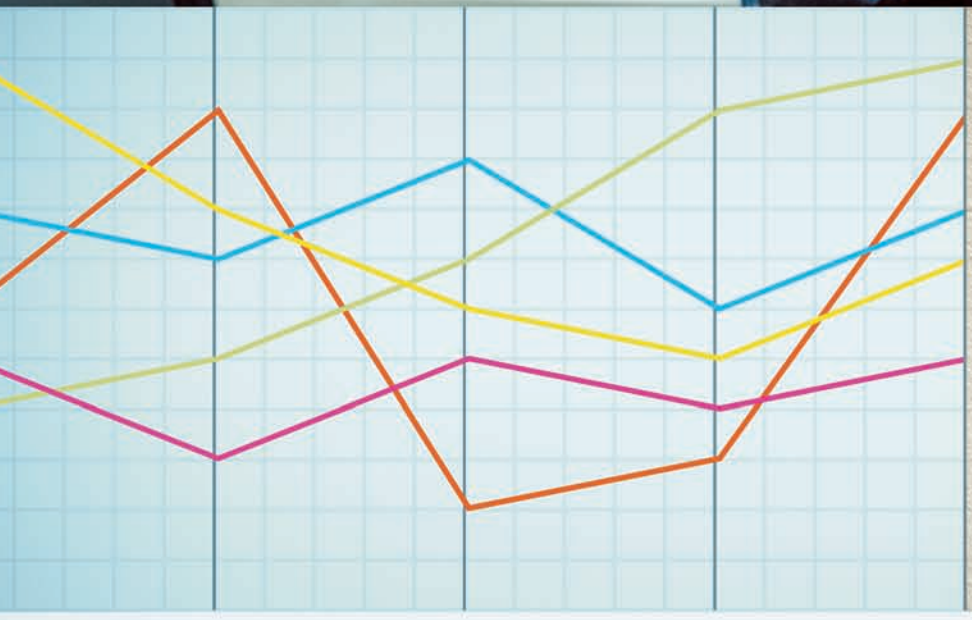
Observação: Em todas as edições de janeiro a dezembro de 2012 foram publicadas as seções Conjuntura Estatística e Índices Econômicos.











ÍNDICES GERAIS E ÍNDICES DE ACORDO COM O PERFIL DE CADA EMPRESA. ISSO SIGNIFICA O SEGUINTE: VOCÊ TEM 100% DE CHANCES DE MELHORAR OS RESULTADOS.

Para a produção de índices de preços e indicadores econômicos, o IBRE dispõe de uma estrutura de pesquisa única no Brasil em dimensão e qualidade: oito escritórios, localizados nas principais capitais, pesquisam preços para todas as unidades da Federação, tanto no varejo como no atacado.

São coletados, mensalmente, cerca de 200.000 preços de produtos e serviços, com a colaboração de 15.000 empresas informantes.

Além de índices gerais, o IBRE desenvolve indicadores direcionados especificamente a um setor, atividade ou empresa.

Conheça todo o universo de indicadores do IBRE no nosso site.

Índices Gerais de Preços | Bancos de Dados | Levantamentos de Preços | Índices Setoriais | Pesquisas Qualitativas e Domiciliares | Pesquisas Empresariais

FGV
IBRE

www.fgv.br/ibre | (21) 3799-6799


AQUI TEM CURSOS DE ATUALIZAÇÃO DA FGV.
SEJA REFERÊNCIA ONDE VOCÊ ESTIVER.
Para quem busca mais conhecimento para se diferenciar no mercado, o FGV Online oferece os Cursos de Atualização 30 Horas.
São 9 semanas de aulas em diversas áreas, todas com a excelência da FGV para você estudar onde estiver.
Acesse fgv.br/fgvonline e conheça todos os Cursos de Atualização.
FGV online
É a FGV, online.


agência3
EU SOU O MBA
DA INSTITUIÇÃO
QUE FORNECE
OS MAIS
IMPORTANTES
ÍNDICES
ECONÔMICOS
DO PAÍS.
MBA
FGV
Deixe o MBA que é referência falar por você.
MBA FGV
PRESENCIAL • ON LINE • CUSTOMIZADO
www.fgv.br/mba